REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

N.º 53 / OUTUBRO A DEZEMBRO 98 / ANO 12

EDITORIAL

A LIÇÃO DE JOSÉ SARAMAGO

Portugal já serenou depois do impacto emocional vivido com a atribuição do Prémio Nobel da Literatura 1998 a José Saramago. O escritor, esse, apesar da digna serenidade e contido regozijo com que acolheu a notícia, dificilmente terá já recuperado a rotina da sua vida, face ao sobressalto da permanente agitação que a invadiu, da incessante exigência da sua presença nos mais variados actos de homenagem, manifestações de apreço, convívios sociais ou encontros culturais.

A A25A expressou-lhe oportunamente o reconhecimento do seu orgulho, por contar entre os seus associados com o homem, o cidadão, o escritor que, se já era uma figura mundial da literatura, se tornou agora um dos seus maiores expoentes universais. Visibilidade que também é produto, há que reconhecê-lo, da liberdade de expressão restaurada em Portugal com o 25 de Abril.

O Referencial quer também associar-se à consagração pública do Nobel Português dedicando-lhe espaço destacado neste primeiro número posterior à atribuição do prémio.

Para além da foto da capa, deste Editorial, e do cartoon do Vicente da Silva que regularmente lhe dá tradução plástica, incluem-se textos por nós solicitados aos nossos associados Urbano Tavares Rodrigues e Sérgio Ribeiro, que invocam, respectivamente, o homem de cultura e o cidadão, um outro da iniciativa do nosso habitual colaborador Fisher Lopes Pires e ainda uma peça literária que, a nosso pedido, o próprio José Saramago seleccionou para este caderno.

É uma homenagem simples, despretenciosa como é o nosso Boletim, mas que fica a assinalar quanto sentimos, como portugueses e como mulheres e homens de Abril, a honra que envolveu Saramago e que ele mesmo fez questão de estender à literatura de língua portuguesa e a Portugal.

Do escritor está tudo dito. E, mesmo que não estivesse, quem seria eu para dele falar. Apenas direi que leio toda a sua ficção, desde o "Levantado do Chão", de que me ofereceu uma 1.ª edição com uma bela dedicatória e que gosto de me deixar conduzir pela sua forma muito peculiar, as belas metáforas, o original modo como integra discurso directo e indirecto, aqueles longos parágrafos que dispensam a pontuação clássica, porque a clareza e o ritmo da sua prosa reside no encadeamento e na sonoridade das próprias palavras.

(Continua na última pág.)

SUMÁRIO

Editorial 1

Ler, Ver e Ouvir ..... 3 a 10

José Saramago ..... 11 a 16

Sementes de Abril ..... 17 e 18

Opinião ..... 19 a 24

Recordar a Nossa História 25

25 de Abril, Ano XXV ..... 26 a 34

Das Delegações e Núcleos 35

Vida Associativa ..... 36 a 38

Desporto e Recreio 39

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
Pedro Pezarat Correia

IMPRESSÃO:
Tip. Escola ADFA
Rua Artilharia Um
Telef. 385 35 93
1070 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
4500 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
Tel. 4198105 • Fax 4198130
2795 Linda-a-Velha
DELEGAÇÃO DO NORTE
Apartado 4678
4012 PORTO
DELEGAÇÃO DO CENTRO
Apartado 3041
3000 COIMBRA
DELEGAÇÃO DO CANADÁ
153 Hamilton St
Toronto - Ontario - M4M 2C9
NÚCLEO DO ALGARVE
Rua Francisco Gomes, 18 - 1.º
8000 FARO
NÚCLEO DE CASTELO BRANCO
Bairro Buenos Aires, 47
6000 Castelo Branco

Depósito Legal N.º 32998/89

Comemorações do 25.° Aniversário do 25 de Abril

Medalha Comemorativa

Como é da tradição, a A25A vai mandar cunhar uma medalha alusiva às Comemorações dos 25 anos da revolução dos cravos.

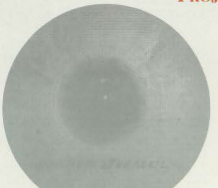
A medalha em bronze, conforme fotos abaixo, é da autoria do Escultor José Aurélio e terá um diâmetro de 100 mm.

Dado comemorarmos as Bodas de Prata, decidiu-se também mandar cunhar a **medalha em prata**, igual à de bronze, com as seguintes características:

- diâmetro ..... 60 cm
- peso ..... cerca de 130 gr
- Prata 995 e contrastada
- numeradas
- preço ..... 20.000$00

Como facilmente compreendereis, da medalha de prata só serão cunhados exemplares correspondentes às inscrições feitas atempadamente. Assim, agradecemos aos interessados que enviem as suas inscrições para a sede da Associação **até** ao dia **19.Fev.99**.

Fotografia do Projecto



Na capa: *Fotografia gentilmente cedida pela Agência Noticiosa LUSA*

O ÚLTIMO MARECHAL

Este texto do nosso associado David Martelo foi já publicado em "O Jornal de Notícias" de 21 de Novembro de 1998.

«Costa Gomes, O último Marechal» é o título de uma longa entrevista que acaba de ser publicada pela Editorial Notícias.

Contrariamente ao seu émulo António de Spínola, Costa Gomes nunca quis dar a forma de um livro às memórias das suas carreiras militar e política, as quais, simpatize-se ou não com o veterano Marechal, são recheadas de múltiplas e raras experiências, plenas de valor humano e histórico. Costa Gomes acrescenta, agora, aos seus anteriores testemunhos de uma vida de 84 anos, um extenso rol de recordações que vão desde os tempos de aluno do Colégio Militar até à sua actividade como membro do Conselho Mundial para a Paz.

O leitor vê desfilar, perante si, os ambientes do pós-guerra, em Portugal e no extremo-oriente, os primeiros passos da participação de Portugal na NATO, o golpe falhado do general Botelho Moniz, as campanhas de África, a revolução de 25 de Abril e o período em que ocupou a presidência da República. Em todas as ocasiões, Costa Gomes aparece aos nossos olhos como actor principal ou observador privilegiado da nossa história contemporânea.

Fá-lo, desta vez, pela mão de Maria Manuela Cruzeiro, directora do Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra. Profunda conhecedora dos meandros da história que conduziram à revolução de 1974, Manuela Cruzeiro introduz, com rara mestria, a componente de reflexão que as palavras do Marechal vão suscitando, replicando, a cada resposta mais polémica, desconcertante ou evasiva, com a pergunta ou a dúvida que o leitor mais atento não deixaria de formular, se pudesse.

Profunda conhecedora dos meandros da história que conduziram à revolução de 1974, Manuela Cruzeiro introduz, com rara mestria, a componente de reflexão que as palavras do Marechal vão suscitando.

Como todas as obras de cariz autobiográfico – e esta entrevista é, em grande parte, uma autobiografia – não foge o entrevistado aos pecadilhos usuais em tais circunstâncias: expressões de incontida auto-estima e alguns «não sei» ou «não me lembro», nem sempre muito convincentes.

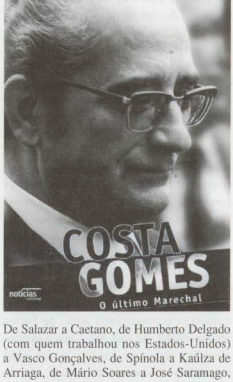
A autora da entrevista observa, com grande perspicácia, que o marechal é «uma personalidade cujos traços mais visíveis autorizam amplamente que se classifique de contraditória» e que, por outro lado, «nunca se joga por inteiro na personagem que lhe cabe representar». Já Mário Mesquita sugerira, noutra ocasião, que Costa Gomes, quando depõe, «se empenha num exercício perverso de confundir as pistas do historiador futuro».

Apesar da sua heterodoxia, as recordações de Costa Gomes constituem um documento de indiscutível valor histórico cuja leitura, todavia, não dispensa um saudável espírito crítico. Graças à talentosa condução da entrevistadora, o leitor vê desfilar, perante si, os ambientes do pós-guerra, em Portugal e no extremo-oriente, os primeiros passos da participação de Portugal na NATO, o golpe falhado do general Botelho Moniz, as campanhas de África, a revolução de 25 de Abril e o período em que ocupou a presidência da República. Em todas as ocasiões, Costa Gomes aparece aos nossos olhos como actor principal ou observador privilegiado da nossa história contemporânea.

As recordações do marechal são suficientemente polémicas para provocarem o recrudescimento de um debate adormecido.

Contrariamente a Spínola – em cujos textos predomina a emoção – Costa Gomes privilegia a reflexão e o estudo sereno dos problemas. São notáveis, de inteligência e de cultura, as suas abordagens dos problemas da estratégia e da táctica militares e sempre interessante a sua leitura da história. Tem, nesta matéria, a indesmentível autoridade que lhe vem da presciência que teve do drama ultramarino quando, em 1961 , escreveu no «Diário Popular»: «o problema angolano, como aliás o de todas as províncias africanas, não é um problema simples mas um complexo de problemas do qual o militar é uma das partes que está longe de ser a mais importante».

A publicação desta entrevista, numa época em que se regista um claro abrandamento nas polémicas relacionadas com a revolução de Abril de 1974, pode ser interpretada, também, como uma tentativa para estabelecer «a última palavra» na matéria. Se assim é, não é menos verdade que as recordações do marechal são suficientemente polémicas para provocarem o recrudescimento de um debate adormecido.



De Salazar a Caetano, de Humberto Delgado (com quem trabalhou nos Estados-Unidos) a Vasco Gonçalves, de Spínola a Kaúlza de Arriaga, de Mário Soares a José Saramago, poucas personalidades civis e militares deixam de merecer, o juízo crítico – por vezes verdadeiramente surpreendente – e algumas controversas revelações do entrevistado, aqui e ali concretizadas em tom de réplica a acusações que considera infundadas.

«Costa Gomes, O último Marechal» é assim, um documento indispensável para o conhecimento da nossa história recente, e um estimulante contributo para um debate que, certamente, não deixará de fazer-se, no próximo ano, por altura do 25.º aniversário da «revolução dos escravos».

David Martelo

«Costa Gomes, O último Marechal» é assim, um documento indispensável para o conhecimento da nossa história recente.

"REINVENTAR A DEMOCRACIA"

(de Boaventura de Sousa Santos)

– BREVES COMENTÁRIOS –

1. Síntese conclusiva

Depois de uma leitura, naturalmente breve, do caderno "Reinventar a Democracia", tarefa que se cumpre com inteiro agrado e particular interesse, fica-nos a impressão de que o autor, como Marx, mesmo que não tenha sido este o seu desígnio, faz aqui uma análise do sistema do *Contrato Social* da modernidade, com a identificação das suas leis internas e antinomias e, em consequência, a constatação de que estão no seu interior, como Marx concluiria acerca do capitalismo, os germes da sua própria ruína e transformação.

Mas o inventor do materialismo histórico, porque decididamente não era determinista, não se fiava em que as coisas se transformassem por si: reunidas as condições objectivas, exigia, na sua teoria revolucionária, a verificação das subjectivas, elegendo como fundamental a que se concretizava na missão histórica do *proletariado* que, armado com uma sólida e coerente ideologia, teria que dar o passo decisivo em frente, num acto de vontade colectiva e organizada para, de forma revolucionária, liquidar pela força o anterior sistema, caduco e iníquo, e dos seus escombros construir um novo mundo assente na *igualdade*, na *liberdade* e na *fraternidade*, conceitos que sintetizavam a ideia-força da Revolução Francesa.

Boaventura de S. Santos analisa aqui o *Contrato Social* e a *Democracia* a que nos conduziu, de uma forma magistral, porque de uma maneira tão densa quanto o exigem as servidões do método e dos conceitos de quem, como ele, tem acrescidas responsabilidades científicas, e ao mesmo tempo tão singela, de modo a que toda a gente com um mínimo de preparação facilmente compreenderá.

Boaventura de S. Santos analisa aqui o *Contrato Social* e a *Democracia* a que nos conduziu, de uma forma magistral.

Sem nos prevenir, e na passada, lá nos vai dizendo que, embalados pela democracia, já estamos a viver e a coabitar com o que ele designa por "*fascismo societal*", com todas aquelas variantes/componentes para que chama a nossa atenção e, perante estas realidades, o que apetece dizer, é que parece incrível como este pensador nos vergasta com verdades tão duras, que nós sentimos ou pressentimos no dia-a-dia, e que só não identificámos e fixámos porque, de facto, devemos andar muito distraídos.

Parece incrível como este pensador nos vergasta com verdades tão duras, que nós sentimos ou pressentimos no dia-a-dia, e que só não identificámos e fixámos porque, de facto, devemos andar muito distraídos.

Em conclusão, o autor aponta e identifica os males e os seus mecanismos; mas, e esta é a nossa crítica, quando se trata de agir, não encontra nem classe operária, nem qualquer outra força, limitando-se, e pese a forma veemente como o faz, a largar umas tantas recomendações do que é preciso e imperioso fazer , mas sem identificar a quem deixa tais incumbências, se aos governos e/ou instâncias internacionais.

Esta é a nossa crítica, quando se trata de agir, não encontra nem classe operária, nem qualquer outra força, limitando-se, e pese a forma veemente como o faz, a largar umas tantas recomendações do que é preciso e imperioso fazer, mas sem identificar a quem deixa tais incumbências, se aos governos e/ou instâncias internacionais.

Sem rupturas nem revoluções, o autor deixa-nos com a ideia de que (e alguém há-de tratar disso) o "*Contrato Social da Modernidade*" terá que inelutavelmente ser substituído por um "*Novo Contrato Social*", este :

- mais inclusivo
- menos conflitual
- que inclua os espaços-tempos local, regional e global
- sem materialidade institucional específica.

2. Algumas notas de pormenor

Quando avança para as soluções, é que me parece que o autor começa a ser menos seguro e concreto. Claro que sempre se poderá argumentar que ele não se propõe apresentar um plano de *governação* ou de *revolução*; mas, francamente, esperava-se que fosse muito mais objectivo ou, então, que se mantivesse no limbo das utopias, que continuarão a ser necessárias e não têm necessidade de envergonhar ninguém, principalmente, nestes tempos de pensamento de sentido único.

E começa-se, logo, por focar o conceito da "*redescoberta democrática do trabalho*" com que inicia o quinto capítulo, passando a partir daí a considerar o trabalho, não como uma condição da existência, mas como um bem comum que democrática e comumente deverá ser repartido.

A este propósito, não pode evitar-se a invocação dum dos pressupostos fundamentais de que parte a obra de Viviane Forrester – "O Horror Económico" – referindo ali, expressamente, que a civilização em que nos habituámos a viver, assente no trabalho, é uma civilização liquidada, isto pela própria lógica das coisas, face ao progresso científico-tecnológico e que como defende o economista francês Jean-Paul Fitoussi, essa coisa de partilhar trabalho não será, com certeza, solução para os flagelos do desemprego e da exclusão social, uma vez que o sistema (e ninguém parece estar a pensar em derrubar este), só aceita partilhar

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

trabalho com partilha de salários, pois não é de sua natural vocação partilhar lucros.

Depois fala-nos da recuperação e implementação de um tal "*imposto Tobin*", materializado numa taxa de 0,5% sobre todas as transações nos mercados financeiros, proposta que imediatamente nos sugere a interrogação de quem estará interessado nisto.

Por estas e por outras é que neste momento nos apetece dizer que talvez a solução esteja, não nestas envergonhadas e inverosímeis medidas paliativas, mas, porventura, em parar, reflectir e reiventar, não a salvação deste sistema, mas pensar na invenção de um inteiramente novo.

Talvez a solução esteja, não nestas envergonhadas e inverosímeis medidas paliativas, mas, porventura, em parar, reflectir e reiventar, não a salvação deste sistema, mas pensar na invenção de um inteiramente novo.

E todas as demais considerações acerca do tal *imposto Tobin*, nomeadamente, como seria utilizado o fundo constituído e quem se encarregaria de o gerir, são quadros efectivamente muito bonitos, mas bastará pensar que viabilidade estrutural terá uma medida destas, quando, perante o espectro tenebroso da degradação ecológica do mundo, as potências com mais responsabilidades nesta matéria, em vez de se proporem acatar as recomendações das Conferências do Rio e de Quioto, atrevem-se, despudoradamente, a propor-se comprar as cotas de poluição dos países mais pobres, mantendo-os agarrados a esse estatuto, com a única riqueza, vejam bem, de um crédito de poluição que não fizeram, transformando-se aquela, de um terrível e mortífero malefício em direito, neste caso, alienável.

Não poderemos esquecer-nos que nisto, como em tudo o resto, o capitalismo, em geral, e o financeiro, em especial, não suporta rédeas; por isso deu as curvas que deu para voltar à sua livre estrada do neoliberalismo imperante, até porque, demos as voltas que quisermos, nenhum sistema tem vocação suicidária.

Depois, e isto nem parece do autor, a gestão do tal fundo do *imposto Tobin* seria entregue, imagine-se, ao FMI ou ao Banco Mundial, duas instituições fortemente influenciadas pela Administração Americana, a mesma que se propõe comprar as cotas de poluição dos países mais pobres, e que só dá em troca da venda da "sua democracia" , que, a maior parte das vezes, se confunde com o que em cada momento considerar como os seus interesses vitais.

Outra medida, naturalmente linda, passará pelo perdão da dívida externa dos países menos desenvolvidos. Mas, há quantos anos se clama, em alguns casos lancinantemente, por isto, e sem qualquer resultado?

Afinal, de que é que se alimentariam os abutres, se, de entre outras, se acabasse esta infernal e *colonial* cadeia de dependências? E dizemos muito bem, "colonial", pelas evidentes semelhanças com a situação dos indígenas, nomeadamente, nas antigas possessões coloniais portuguesas, relativamente ao fazendeiro/cantineiro, ou seja, o sistema estava montado de tal maneira que o trabalhador ficava sempre em dívida e se alguma coisa levava da cantina para a subsistência, sua e dos seus, era sempre por "piedoso" favor, vendo sempre acrescida a sua conta anterior, que nunca mais poderia ser saldada.

De que é que se alimentariam os abutres, se, de entre outras, se acabasse esta infernal e *colonial* cadeia de dependências?

Para além das já referidas medidas, no último capítulo o autor considera que para o levantamento do "*Novo Contrato Social*", é necessário que o "Estado nacional" do velho contrato social se transforme em "*novíssimo movimento social*" , o que incluiria a implementação de uma democracia retributiva, que a montante seria garantida por uma fiscalidade participativa e o Estado, ele próprio, passaria à condição de *Estado experimental*, tudo isto num admirável mundo novo, de uma avançada democracia, marcadamente participativa, e muito menos representativa, mundo de que, no caso português, os dois últimos referendos dão uma irónica e paradoxal imagem.

Mas, para além disso, não se entende muito bem onde é que o autor vai buscar esta figura tão revigorada de um Estado interventivo e moderador, quando assistimos à quase completa alienação de todas as esferas da soberania em instâncias supranacionais, nomeadamente e no nosso caso, europeias.

Concorda-se, isso sim, quando o autor refere que «Não é, pois, difícil prever que as lutas democráticas dos próximos anos sejam fundamentalmente lutas por novos desenhos institucionais», conducentes, acrescentaríamos nós, a um sistema alternativo. O que falta saber é a quem vai ser confiada esta "missão redentora" – a que "Messias" e a que "Apóstolos", pensando nós que o autor não vai chamar o Estado ao palco, pois o que temos é este e ainda não inventámos outro e, deste que temos, o autor conhece bem os seus infalíveis mecanismos de manutenção e reprodução.

Assistimos à quase completa alienação de todas as esferas da soberania em instâncias supranacionais, nomeadamente e no nosso caso, europeias.

Por fim, o que desejaríamos era que esta pequena/grande obra do Prof. Boaventura de Sousa Santos tivesse um destino de muito maior visibilidade que as anteriores, todas elas acertando com precisão científica nas razões dos nossos males endémicos e estruturais. Pensa-se, aliás, que em cima das perplexidades e angústias de falta de referências que se seguiram à queda do Muro, o autor foi dos primeiros pensadores portugueses e, até, europeus, que logo logo começaram a remexer os escombros, a avaliar os estragos e a reflectir sobre a procura de um novo sistema de referência (obviamente que não pretendemos aqui envolver as opções político-ideológicas do autor).

E isto é tanto mais importante e urgente quando, apesar do vertiginoso progresso científico-tecnológico, há assustadores sinais de retrocesso, como são todos aqueles que levaram o autor, mesmo no fim, a quase nos gritar que «O fascismo não é uma ameaça. O fascismo está entre nós.».

Viseu, 09/11/98
(Dê-Gê-Esse)

O autor foi dos primeiros pensadores portugueses e, até, europeus, que logo logo começaram a remexer os escombros, a avaliar os estragos e a reflectir sobre a procura de um novo sistema de referência.

AS MÁGOAS DE MANUEL JOSÉ HOMEM DE MELO

Quando no último número de "O Referencial" se compilou o caderno sobre o novo livro do nosso associado David Martelo, "As Mágoas do Império", imediatamente senti que não podia deixar passar sem comentário o texto de apresentação de Manuel José Homem de Melo. Para contornar eventuais equívocos, evitei inserir esse comentário nesse mesmo número, para não colidir com os textos de apreciação do próprio livro, uma vez que não era a este que pretendia dirigir-me.

As críticas de Homem de Melo (HM) à descolonização pós-25 de Abril revelam uma total insensibilidade para a verdadeira natureza do fenómeno em questão, na sua complexidade sociológica, nas suas causas, nos seus actores, nos seus condicionamentos internos e externos.

As críticas de Homem de Melo (HM) à descolonização pós-25 de Abril revelam uma total insensibilidade para a verdadeira natureza do fenómeno em questão.

Obviamente que o processo, inclusive na sua fase da transferência do poder - HM parece incorrer no vício de a confundir com a globalidade do ciclo descolonizador - merece críticas. HM, porém, não acerta com elas e as que faz parecem-me desajustadas.

Anoto alguns comentários apenas, para não me alongar demasiado, dado o condicionamento de espaço.

1. HM não consegue furtar-se à usual visão eurocentrista do ex-colonizador, quando lamenta não se ter conseguido que "*(...) a separação (...) viesse a resultar de acto voluntário, da iniciativa e da aquiescência de Portugal*".

Ignora, assim, a existência da outra parte, o colonizado, e esquece que, na descolonização, é este o protagonista, porque é quem desencadeia o processo, percorre todo o seu ciclo, estabelece os objectivos e por eles se dispõe a correr todos os sacrifícios. Não entende que a independência é uma conquista do colonizado e nunca uma dádiva do colonizador, que se lhe opôs, e que só entra no processo de descolonização numa fase já adiantada e irreversível, obrigado a aceitar os objectivos do colonizado, aliás reconhecidos pela generalidade da comunidade internacional.

Ignora a existência da outra parte, o colonizado, e esquece que, na descolonização, é este o protagonista (...). Não entende que a independência é uma conquista do colonizado e nunca uma dádiva do colonizador.

2. Nesta linha de raciocínio, HM considera que "*(...) deveríamos ter assumido (...) uma linha de rumo susceptível de conduzir à gestação e formação de Novos Brasis.*"

Sem cuidar, no mínimo, se era esse o objectivo pelo qual os movimentos de libertação se batiam há 13 anos numa guerra, HM não repara no anacronismo em que se situa, ao admitir, no fim do século XX e em África, a repetição da descolonização do Brasil no princípio do século XIX. A descolonização das colónias da América Latina inseriu-se no modelo da sua época, conduzida por colonos e crioulos, inspirados na independência norte-americana do fim do século anterior.

Anacronismo em que se situa, ao admitir, no fim do século XX e em África, a repetição da descolonização do Brasil no princípio do século XIX.

As independências africanas posteriores à Guerra 1939-1945, nas quais tardiamente se inscrevem as das colónias portuguesas, foram conduzidas por movimentos nacionalistas africanos, contra a metrópole mas também contra os colonos, dinamizados pelo pan-africanismo e pan-negrismo. O modelo sul-americano era então identificado com projectos neo-coloniais repudiados pelos movimentos de libertação.

3. Diz HM que saímos das colónias "*(...) escorraçados, indesejados, sem glória nem proveito.*"

Se não desconhece a realidade, então deturpa-a deliberadamente.

Tirando o caso específico de Timor – para já não falar da Índia em pleno salazarismo –, a nenhuma das colónias se aplica o insulto.

Obviamente que não saímos por entre empolgantes manifestações de gratidão e louvor dos colonizados, mas de todas saímos na sequência de acordos negociados, nas datas acordadas e, pela parte portuguesa, no quadro dos compromissos assumidos. Passados os traumas iniciais, compreensíveis, a cooperação portuguesa é hoje a mais desejada e Portugal tem agora oportunidades para, com respeito pelos direitos e pela dignidade desses povos, assegurar proveitos mútuos nos campos material e cultural. De facto, ao contrário do que afirma HM, foi o 25 de Abril e a aceitação da descolonização, que impediu que acabássemos escorraçados, indesejados, sem glória nem proveito.

Não saímos por entre empolgantes manifestações de gratidão e louvor dos colonizados, mas de todas saímos na sequência de acordos negociados, nas datas acordadas e, pela parte portuguesa, no quadro dos compromissos assumidos.

4. Considera HM que "*(...) os principais responsáveis pelo processo revolucionário ficaram a dever a Portugal um epílogo de colonização digno do nosso passado (...)*"

É pena que não tenha esclarecido em que outro epílogo estava a pensar, que outra solução tinha como viável, sabendo que havia uma guerra em curso, que era uma exigência urgente pôr-lhe termo, que isso passava por negociações com aqueles com quem estávamos em guerra e que estes colocavam como condição *sine qua non* o reconhecimento do direito à independência. Pena também que não tenha fundamentado a dignidade do nosso passado colonial, esclarecendo como concilia essa asserção com o conteúdo do livro que apresentou e louvou, e que está muito longe de apontar nesse sentido.

(Continua na página seguinte)

JOSÉ CARDOSO PIRES

Ainda as letras portuguesas viviam a euforia da atribuição do Prémio Nobel de Literatura 1998 a José Saramago, quando foram atingidas pela notícia trágica do falecimento de outro grande escritor, José Cardoso Pires.

Cardoso Pires, não era associado da A25A mas era, sem margem para dúvidas, um Homem e um Escritor de Abril. Como, aliás ele próprio fazia questão de se afirmar. Foi mesmo um dos intelectuais que, pela mensagem das suas obras e pela coragem da sua postura cívica, se integraram nas fileiras dos verdadeiros percursores do 25 de Abril, porque constituíam referências que guiaram os capitães de Abril. À sua memória aqui deixamos a nossa homenagem.

REVISTA MILITAR

A "Revista Militar", prestigiado e mais antigo órgão da imprensa militar portuguesa, e a mais antiga publicação ininterrupta do mundo, desde 1848, data da sua fundação, está a comemorar o seu 150.° aniversário.

Em 6 de Novembro promoveu, nas instalações do IDN, um colóquio com a comunicação social e a Imprensa Militar, para o qual, gentilmente convidou "O Referencial" que se fez representar pelo seu director.

Para a sessão solene foi também convidada a direcção da A25A e o Referencial, não tendo podido este, por motivos imponderáveis de última hora, estar presente.

Ao Sr. General José Lopes Alves, distinto director da "Revista Militar" e nosso associado na A25A, endereçamos os nossos agradecimentos e os votos pela continuidade do percurso da revista, com o nível de qualidade que sempre tem mantido

---

(Continuação da página anterior)

Havia uma guerra em curso, que era uma exigência urgente pôr-lhe termo, que isso passava por negociações com aqueles com quem estávamos em guerra e que estes colocavam como condição *sine qua non* o reconhecimento do direito à independência.

São quatro pequenas notas, mas que suportam suficientemente a minha convicção de que o texto de apresentação de HM desmerece da obra a que se dirigia. HM revela uma chocante incultura sobre esta matéria e um contacto com os clássicos, como Fanon, Wright, Grimal, Luchaire, ou Ferro e Boxer, citados por Martelo, ou mesmo alguns dos mais destacados dirigentes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, ajudá-lo-ia a rever alguns dos seus ultrapassados preconceitos.

As "Mágoas do Império", de David Martelo, é um livro que vale a pena ler, sobretudo pela criteriosa reunião de textos significativos nos quais o A. baseia as suas teses. O seu ponto mais vulnerável reside, exactamente, na referência ao livro de HM, quando o compara ao "Portugal e o Futuro" de António de Spínola, surgido 12 anos depois, concluindo que HM tivera razão antes do tempo.

Possuo o livro de HM desde o ano da sua publicação, em 1962. Foi-me oferecido em Moçambique, por um amigo que comigo se identificava na recusa das teses coloniais do salazarismo. Não tenho dúvidas em afirmar que, então, foi um livro corajoso, que ousou questionar o unanimismo situacionista.

Mas considerar que teve razão antes do tempo, parece-me excessivo, porque implicitamente conclui que Spínola tinha razão em 1974. Ora, é o próprio Spínola quem, no seu livro posterior "País Sem Rumo", quando se refere à solução federativa que propusera, afirmou: "*Quando escrevi o "Portugal e o Futuro" tinha verdadeiramente a noção de que já era tarde (...)*" O que é interessante é que o próprio Martelo classifica o modelo federalista de Spínola "*(...) de execução problemática (...)*", porque "*(...) não se levava em conta (...) a oposição dos movimentos de libertação que nos faziam a guerra (...)*" (pag 48 e 49). E por isso, mais à frente, lhe chama "*A utopia spinolista (...)*" (pag 51). Aqui estou de acordo com o A. Só não percebo a sua contradição ao considerar que HM, com a sua proposta federativa, teve razão antes do tempo, quando afinal Spínola, o modelo de referência, não a teve.

Depois de iniciada a guerra de libertação colonial, qualquer solução federativa estava já ultrapassada. Por isso HM não só não teve razão antes do tempo, como já não a tinha no tempo em que escreveu.

De qualquer forma não é isto que retira mérito ao livro de David Martelo.

Nem era minha intenção comentá-lo.

PEDRO PEZARAT CORREIA

HM não só não teve razão antes do tempo, como já não a tinha no tempo em que escreveu.

UMA ESCOLHA INFELIZ

Estou a ler, talvez demasiado lentamente, "**As Mágoas do Império**", do nosso amigo e muito estimado camarada David Martelo. Por tal motivo, a lentidão, não tenho uma opinião minimamente formulável sobre o valor e alcance de mais este seu trabalho. E esta minha lentidão radicará em duas razões fundamentais:

- No que toca às fundamentações da expansão, formação e algumas vicissitudes do Império, zona do livro em que ainda me encontro, penso que já muito se escreveu, reflectiu, analisou e sintetizou, pelo que, sem desprimor para o excelente trabalho de pesquisa que parece termos aí à nossa frente, sinceramente, não me vejo acicatado por nenhuma tese verdadeiramente inovadora, nem, por sintética, simplificadora.

- Depois, e esta será a segunda razão fundamental, também penso (o que dizem não ser muito próprio nem recomendável aos militares) que, sem menosprezar as virtualidades da discussão deste tema, e refiro-me às nossas "mágoas do império", as conclusões a que possamos chegar, se lá chegarmos, pouca incidência poderão ter nos problemas candentes dos difíceis tempos que vivemos, de acrescidas desigualdades sociais, de exclusão, de corrupção, que de tão arreigada no sistema, tende a ser tratada como o caso tão actual do financiamento dos partidos pelas empresas, ou seja, em vez de combatida, deverá é ser regulamentada; qualquer dia, estaremos a regulamentar o roubo e a pedofilia, definindo na letra da lei que tipos de roubos e de abusos sexuais serão permitidos e quais os limites que devem observar.

O excelente trabalho de pesquisa que parece termos aí à nossa frente.

Mas, de um rol quase infindável de maleitas dos nossos tempos, ainda lembro a insegurança física, jurídica e psíquica, as subtís ou declaradas coacções à liberdade de pensamento, que no dizer de alguém, de pensamento único, se vai transformando em pensamento nenhum; afinal, problemas de tal modo graves e actuais de um mundo que querem sem memória "porque chegou ao fim da História" e que nos são servidas (as maleitas), em carne viva, entre outras, em obras como "A Sociedade do Espectáculo" , de Guy Debord, "O Horror Económico", de Viviane Forrester e, mais recentemente, em "O Esplendor do Caos" , de Eduardo Lourenço, a que podemos juntar, com um pouco de imaginação e pelo seu sentido premonitório, o "Ensaio Sobre a Cegueira", de José Saramago.

Quando o Martelo requereu os seu préstimos, não foi, com certeza, para ele aproveitar, como aproveitou, as circunstâncias de tempo e lugar e daí destilar, mais uma vez, uma incontida raiva, sabe-se lá, vinda de onde, contra os militares do 25 de Abril.

E nesta sociedade da globalização, feliz e infelizmente, Portugal não é uma ilha isolada do Mundo, nem estou a ver que seja por mais uma qualquer terceira via que nos vamos salvar.

Perante a dimensão destas questões, penso que o Martelo não me levará a mal esta menor sofreguidão pela leitura do seu livro; demos, portanto, tempo ao tempo, que para isso ainda há-de chegar, até porque , sabe-se lá até quando, como a água do rio, ainda vai escorrendo sem nada pagarmos por ele, embora, como aquela, corra cada vez mais poluído.

Já as circunstâncias que rodearam o lançamento e de cujos traços essenciais acabo de tomar conhecimento através da leitura do n.° 52 do REFERENCIAL, não parecem conceder-me tempo nenhum, pelo que aí vai, disparado com algum furor, não o nego, um breve comentário ao texto da apresentação do livro feita, penso que não em boa hora, por Manuel José Homem de Melo, pessoa que nem por em certo contexto do referido acto ser expressamente designada por "amigo" de um amigo, eu vou considerar como um amigo meu. Nem inimigo, claro.

Em primeiro lugar, a escolha, que poderá ser defendida como democraticamente salutar, porque polémica, considero-a, no mínimo, infeliz, porque ao ler a intervenção de tão ilustre intelectual, não posso deixar de a classificar, pelo menos, de pouco séria, no pressuposto óbvio de que quando o Martelo requereu os seu préstimos, não foi, com certeza, para ele aproveitar, como aproveitou, as circunstâncias de tempo e lugar e daí destilar, mais uma vez, uma incontida raiva, sabe-se lá, vinda de onde, contra os militares do 25 de Abril, sabendo desferir o ataque, precisamente, no D mais frágil dos pilares do seu Programa, precisamente aquele em que, contrariamente ao que se possa por vezes pensar (isto, por atenção às pessoas que pensam com honestidade), os militares estavam, de algum modo, mais de costas, aguardando que os novos políticos do Império dispusessem de algum tempo e vontade para tão candente problema, no frenesim da luta pelo poder, que disputavam nas ruas, nas fábricas e nos campos. Enfim, circunstâncias próprias de qualquer revolução, que só merecerá esse nome se não se pensou em tudo. E os militares, no terreno, lá e cá, a tentar segurar as pontas.

Mas, continuando, se de começo, e numa excessiva colagem do seu "Portugal, o Ultramar e o Futuro", parece tudo "abraços e beijinhos", chegado ao 25 de Abril, qual redentor em dia do Juízo Final, investe a desancar tanto no livro, como, e aí está um revelador oportunismo, em todos os militares e políticos que com o livro, em boa verdade, nada têm a ver, ficando eu a pensar se dele, livro, teria sobrado alguma coisa de bom na criteriosa apreciação do ilustre apresentador.

Mesmo naquilo em que objectivamente teríamos que conceder-lhe alguma razão, ele faz o favor de despuradamente se revelar exagerado, como acontece quando, depois de comungar com o autor na ideia, perdida, de fazer de Angola e Moçambique (e os outros territórios?) outros tantos «Novos Brasis», como se isso fosse assim, sem mais nada, (vamos fazer, deste modo, e já

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Ideia, perdida, de fazer de Angola e Moçambique (e os outros territórios?) outros tantos «Novos Brasis», como se isso fosse assim, sem mais nada.

está!...), acabar por afirmar com a sua "reconhecida" autoridade política, técnica e moral, que dali acabámos «... por sair escorraçados, indesejados, sem glória nem proveito.», o que manifestamente só poderá se considerado, pelo menos, excessivo por qualquer pessoa medianamente informada.

Se atentarmos, ainda a passagens, tais como, «... Potugal... ficou a dever a Oliveira Salazar...» em 40 anos de regime, que de ditatorial (no mínimo), é adocicadamente designado por «consulado» e as compararmos com as implacáveis bordoadas desferidas em políticos e militares com responsabilidades políticas emergentes do 25 de Abril, aqui acusados de nada terem feito, quem sabe com que tenebrosos desígnios, para evitar que o epílogo do Império fosse um «...abandono caótico, para não dizer vergonhoso (já, agora, podia ter dito)...», parêntises nosso, e a referida inutilidade com que «... centenas e centenas de compatriotas, brancos (porque têm sempre que vir em primeiro lugar?), negros e mestiços ofereceram e sacrificaram as suas vidas em holocausto à Pátria que haviam sido chamados a servir.», mais um parêntises nosso, o mínimo que parece lícito anotar será:

- sem querer chamar nomes, e não chamarei, só direi que um prosélito do Estado Novo (e assim é que estará politicamente correcto) não falaria melhor;

- perguntar se este Senhor sabe alguma coisa do que está a falar;

Perguntar se este Senhor sabe alguma coisa do que está a falar.

- não querendo ser injusto, e não o quero ser, verdadeiramente, seria interessante saber, enquanto políticos e militares, "mandadas parar as circunstâncias históricas", andavam a fazer asneiras no resto e nesta questão da descolonização, seria interessante saber, repete-se, em que batalhas heróicas andava este cavaleiro do século XX, assim impedido de combater tão odiendos e néscios procedimentos.

Verdadeiramente, a escolha parece-me francamente infeliz. Da forma como Portugal e o Mundo evoluiram, do que menos precisamos é de inimigos que nos combatam (pior, quando nós, como na guerra do Solnado, lhe emprestamos as armas), mas de quem nos acompanhe, porque pensamos que ainda estamos do lado certo da luta e que esta, infelizmente, ainda tem razões para continuar, embora por outros meios, claro.

Hoje, mesmo no final do século e do milénio, visto o que se tem visto, podemos justamente perguntar, pelo menos no que à África diz respeito, onde estão as descolonizações exemplares.

Hoje, mesmo no final do século e do milénio, visto o que se tem visto, podemos justamente perguntar, pelo menos no que à África diz respeito, onde estão as descolonizações exemplares.

Depois e com todo o respeito pelo esforço de análise e reflexão do David Martelo e por este desafio que lançou a todos nós, militares e civis, eu não sinto nenhuma mágoa do Império, afinal como a maior parte dos portugueses "suaves" e comuns, se calhar mais aliviados com a libertação e menos preocupados com os receios, possivelmente fundados, que preocupam o autor. Ficamo-nos com esta nossa perplexidade, se calhar não tão néscia como poderá parecer, de que nos dá conta Eduardo Lourenço, no seu "O Labirinto da Saudade"' (é isso mesmo!... o labirinto da saudade...), citado no epílogo do livro (que eu fui lá dar uma espreitadela). É esta forma de que somos feitos e que, para o bem e para o mal, tanto nos surpreende a nós como a outros, que aqui atraídos pelo 25 de Abril, não entendiam nem mais entenderão como é que no fulgor da Revolução não andávamos embrulhados aos tiros uns aos outros.

De resto, continuo a pensar que povos, como a maioria dos africanos, que em determinado período histórico foram sujeitos a um bloqueio civilizacional, e em resultado disso, espoliados dos mais elementares fundamentos da dignidade, terão que, sozinhos ou ajudados, fazer a catarse dos seus padecimentos seculares, e só assim recuperar as condições mínimas, que lhe permitam levantar-se do chão e olhar para nós em pé de igualdade, só moral, já se vê. E o que ressuda da intervenção do apresentador do livro são traços indiciadores de mal disfarçado ou ingénuo (como melhor lhe servir) racismo.

Por fim, devo dizer que não me movem quaisquer impulsos de replicação, coisa para que, além do mais, me falta o jeito e a preparação intelectual. Se aqui estou, e com algum furor, como digo logo no início, é porque reajo mais com o coração do que com a razão, que também neste caso não reclamo para mim, e nem me interessa.

E, assim, quase sem querer e empurrado por um irreprimível impulso, suponho que estou a corresponder a um dos objectivos do nosso amigo e camarada Martelo – reflectir sobre uma questão que **também** nos diz respeito, mas sem sairmos do plano determinado pelos vectores da necessidade e da utilidade, pois, se a democracia não deve ser, por sua natureza, geradora de consensos, também não terá que ser, necessariamente, o terreno da polémica.

Viseu, 17 de Outubro de 1998
Gertrudes da Silva

Continuo a pensar que povos, como a maioria dos africanos, que em determinado período histórico foram sujeitos a um bloqueio civilizacional, e em resultado disso, espoliados dos mais elementares fundamentos da dignidade, terão que, sozinhos ou ajudados, fazer a catarse dos seus padecimentos seculares, e só assim recuperar as condições mínimas, que lhe permitam levantar-se do chão e olhar para nós em pé de igualdade.

ENRIQUE ACEVEDO
DESCAMISADOS - Memória da guerrilha na Sierra Maestra

Ed. Campo das Letras - Porto 1998

Em plena Guerra de 1914-18, houve um general francês que, ao ver sair de um avião um piloto extremamente jovem, mas já considerado um ás, proferiu uma frase que ficou célebre: "Il n'y a comme les enfants pour faire la guerre!".

Esta frase martelou-me durante toda a leitura do livro de Enrique Acevedo. O relato autobiográfico de um miúdo de 15 anos que trocou a normal vivência de um adolescente pela duríssima vida da guerrilha dá certo que pensar, quer aos da minha geração, que viveram situações algo semelhantes, quer aos da actual geração, que da guerrilha têm uma noção difusa e para quem – felizmente! – as aventuras se limitam aos desportos radicais.

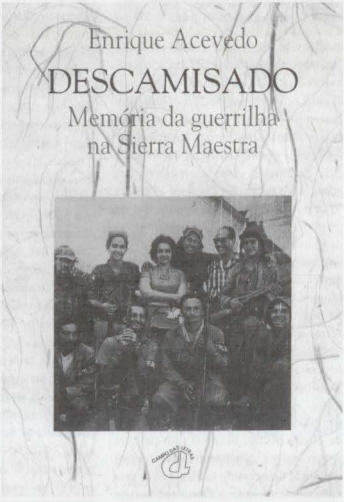
Enrique Acevedo não é um escritor, a sua narrativa ressente-se disso e a fraca tradução dificulta por vezes a compreensão do texto; não é demais repetir que, para traduzir, não basta conhecer as duas línguas, é necessário dominar o assunto. Mas a narrativa acaba por cativar, precisamente pela ausência de preocupações de forma.

Não se procurem descrições de épicas batalhas ou longas esplanações político-ideológicas. Pelo contrário, surpreende-nos a descrição de um ambiente meio louco, em que se acotovelam idealistas, aventureiros, românticos ou mesmo marginais, enfim toda uma fauna tropical bem colorida. Era uma época em que, na guerrilha, os comunistas eram uma raridade meio clandestina; mas todos estavam de acordo em que a era Batista tinha de acabar.

Ficou-me a ideia de que, se a revolução se radicalizou, foi pela intransigência – vidé miopia política – de quem não quis abdicar da situação de controlo económico de Cuba que tinha obtido, mau grado a sua legalidade ou moralidade.

Face à actual situação, uma conclusão se pode tirar quanto à miopia. Tornou-se crónica

Santa Clara Gomes



Henrique Acevedo, general cubano na sua adolescência combatente da Sierra Maestra, esteve em Portugal por ocasião do lançamento do seu livro "Descamisados", de que nesta página incluímos uma nota de Santa Clara Gomes.

Na oportunidade a A25A promoveu um encontro com o autor, que decorreu na Biblioteca Museu República e Resistência em que este manteve com a assistência, um interessante diálogo sobre as guerras de libertação.

Na foto, a mesa do encontro, com o presidente da A25A, Henrique Acevedo, o director da Biblioteca Museu e a Sra. Embaixadora de Cuba.

Este texto, não assinado, é um original de José saramago. Constituiu o "Editorial" do primeiro número da revista "Seara Nova", saído depois do 25 de Abril de 1974.

E não foi, deliberadamente, assinado, porque resultou de uma reflexão colectiva na redacção da revista, quando o Movimento das Forças Armadas ainda tinha as suas forças na rua, à qual José Saramago foi encarregado de dar forma.

Ao nosso pedido para que seleccionasse um texto seu para ser incluído neste caderno, o Nobel da Literatura sugeriu-nos este. Cuja oportunidade e significado dispensam justificação.

EDITORIAL

Ao desencadear a revolta de 25 de Abril, o Movimento das Forças Armadas culminou um processo de integração na consciência popular que vinha a desenvolver-se, mais acentuadamente, desde há alguns meses. São conhecidas algumas das manifestações exteriores desse processo. A última em data, a tentativa de sublevação de 16 de Março, recebeu de Marcelo Caetano os qualificativos de "ingenuidade" e "irreflexão"... As Forças Armadas, que desde há muito se viam separadas do povo e aborrecidas por ele, foram desta maneira insultadas por um governante que perdera completamente o domínio da situação – se alguma vez o teve. Depois de servirem de instrumento de uma política suicida, as forças de terra, mar e ar encontravam-se perante a escolha final: ou a degradação completa, o peso de um uniforme que deixara de merecer respeito e chegava a envergonhar os elementos militares mais conscientes, ou a liquidação irreversível de um regime ignóbil, mesmo arriscando-se a uma guerra civil de trágicas consequências. As opções eram claras, portanto. Ou as Forças Armadas continuavam a servir docilmente um governo que nunca servira o Povo, ou descobriam o caminho da sua recuperação moral e da sua dignidade. O dia 25 de Abril foi a resposta.

Ou as Forças Armadas continuavam a servir docilmente um governo que nunca servira o Povo, ou descobriam o caminho da sua recuperação moral e da sua dignidade. O dia 25 de Abril foi a resposta.

O tamanho do desastre português dos últimos quarenta e oito anos avalia-se melhor na surpresa causada pela ousadia do programa do Movimento das Forças Armadas. Sujeito a todas as repressões e violências, dominado por um obscurantismo ideológico sistemático, explorado até ao sangue pelos filhos e afilhados do fascismo, desprezado todos os dias pela hipocrisia da família salazarista e marcelista, – o povo português mesmo nos seus sonhos mais desligados da realidade, não esperava verse, em vinte e quatro horas, liberto de uma polícia criminosa, de uma censura criminosa, logo, de um governo criminoso. Na continuação de todos os sacrifícios e lutas da Oposição Democrática, as Forças Armadas, organizadas politicamente (ou para um acto político) no seu Movimento, reconheceram enfim que é seu dever servir o Povo e não um governo, reconheceram que são elas próprias uma parte do Povo em armas e não um instrumento de repressão. Manipuladas até agora pelo fascismo como se fossem uma qualquer corporação policial, as Forças Armadas reconhecem-se livres apenas na medida exacta em que o Povo o for. O dia 25 de Abril declara essa comunhão na liberdade.

Na continuação de todos os sacrifícios e lutas da Oposição Democrática, as Forças Armadas, organizadas politicamente (ou para um acto político) no seu Movimento, reconheceram enfim que é seu dever servir o Povo.

E agora? A revolta está feita, a revolução está por fazer. O País atingiu o nível mais baixo do vexame e da miséria, e vai ter que sair disso, ou morrerá de vez. É agora ao Povo que compete tomar o destino de Portugal nas suas próprias mãos. De uma vez para sempre. Acabou-se o tempo dos "patriarcas políticos", dos "chefes carismáticos", das "venerandas figuras". Agora todo um Povo terá de ser responsável ou aprender a sê-lo. Uma colectividade escravizada terá de transformar-se num povo de gente livre, capaz de construir o futuro a partir deste presente de ruínas.

Órgão de doutrina e crítica, a "Seara Nova", liberta da censura e da violência policial, estará presente no processo político como sempre o esteve enquanto foi vítima do arbítrio fascista. Apela para que todos os seus leitores, o Povo inteiro, sejam igualmente intervenientes em todos os momentos e circunstâncias. Conscientes do exacto sentido da palavra, exigimos o cumprimento integral do programa do Movimento das Forças Armadas. Mais ainda: exigimos o cumprimento integral do compromisso assumido pelo Movimento perante o País, quer na sua latitude, quer nos prazos fixados. O mínimo adiamento, o mínimo desvio, serão aproveitados pelas forças da reacção fascista, pois deverá ser claro que não podemos ter a ilusão de que o fascismo desarmou. E desde já apontamos a incongruência de reunir no Funchal, como se de um governo no exílio se tratasse, Marcelo Caetano, Américo Tomás, Moreira Baptista e outros ex-ministros. É absurdo facultar-lhes condições a este ponto propícias à conspiração, a que certamente vão entregar-se, com apoio daqueles que ficaram no Continente para nos apunhalarem pelas costas. O Movimento das Forças Armadas deverá reflectir sobre os riscos que tal decisão comporta. É, desde já, responsável por eles.

Na conjuntura actual, a "Seara Nova" afirma o seu apoio ao programa do Movimento das Forças Armadas. Considera-o, também, uma "plataforma para a resolução da grande crise nacional que Portugal atravessa", um primeiro e na verdade ousado passo no caminho da dignificação cívica do País, e reafirma solenemente a certeza de que o Povo Português, senhor enfim do seu destino e obreiro dele, construirá aqui a sociedade socialista, única capaz de varrer definitivamente as desigualdades, as opressões económicas e políticas, a exploração do homem pelo homem. Unicamente deste ponto de vista há-de ser entendido o apoio exigente que damos ao programa do Movimento das Forças Armadas, enquanto o programa for cumprido e enquanto o Movimento se mantiver à altura das suas responsabilidades. A "Seara Nova" não passa cheques em branco, nem hipoteca a sua liberdade de julgamento.

E agora, trabalhar. Decisões prontas, pensamento claro – eis o que o tempo exige a todos nós.

O mínimo adiamento, o mínimo desvio, serão aproveitados pelas forças da reacção fascista, pois deverá ser claro que não podemos ter a ilusão de que o fascismo desarmou.

Ao ter conhecimento da atribuição do Prémio Nobel da Literatura 1998, ao seu associado, apoiante n.° 57, José Saramago, a A25A enviou-lhe uma mensagem, significativa na sua singeleza. Apenas uma palavra:

"OBRIGADO"

Juntamente com a mensagem enviada a José Saramago, a A25A enviou a sua mulher Pilar Del Rio uma outra mensagem. Também apenas uma palavra:

"PARABÉNS"

Os Múltiplos Sentidos da Obra de Saramago

Urbano Tavares Rodrigues

É por vezes uma esperança desesperada a que ressuma dos últimos romances de José Saramago, em dolorosa sintonia com o panorama político-social do mundo de hoje, em que, mau grado os prodigiosos avanços da ciência e das novas tecnologias a que ela abre caminho, a globalização do capitalismo chamado neo-liberal e o poder de controle da sua hiperburguesia financeira sobre os próprios Estados não cessa de acumular riquezas improdutivas e de gerar desemprego e exclusão social, por todo o lado alastrando a penúria e a miséria, sob as formas extremas da fome e da perda da dignidade humana.

Todavia, se a questão social é deveras importante, desde esse espantoso romance da conquista da terra pelos rurais alentejanos e do martírio de alguns, intitulado **Levantado do Chão**, a preocupação dominante de toda a obra de Saramago, que um grande sopro filosófico ilumina, tem de considerar-se, creio eu, aquele conjunto de grandes interrogações do homem de sempre perante o infinito, o tempo e o espaço, a vida e a morte. Quem sou eu?, de onde venho e para onde marcho?, que sentido terá, ou pode ter, a minha presença no mundo?

Esse espantoso romance da conquista da terra pelos rurais alentejanos e do martírio de alguns, intitulado *Levantado do Chão*.

Marxista, racionalista, darwinista, concebendo a história como luta de classes, convicto da evolução das espécies, materialista e agnóstico, José Saramago parece, no entanto, não se contentar com todas as explicações que a razão lhe fornece. E interroga sempre, mais do que postula princípios ou soluções. O que continua a ser uma forma superior de combate.

De resto, todo o lado mágico, todo o fantástico e maravilhoso das suas grandes criações romanescas – e em especial de **Memorial do Convento**, **A Jangada de Pedra** e **O Ano da Morte de Ricardo Reis** – poem em cena o sobrenatural. Blimunda, rapinadora de almas ou de espíritos, animadora da passarola do Pe. Bartolomeu de Gusmão, leva-nos a pensar inclusive numa espécie de Deus que seria o supremo acumulador de energia do Universo. E todos os prodígios que se operam nesse livro tão promissor e carregado de amor (outra energia desmedida) que nunca se fecha, deixa em suspenso grandes propostas de sentido?

Este escritor que tudo problematiza, que assume algumas vezes dois ou até três pontos de vista, por gosto da argumentação e debate de ideias.

Racionalismo e irracionalismo, retórica e poesia convivem na obra deste escritor que tudo problematiza, que assume algumas vezes dois ou até três pontos de vista, por gosto da argumentação e debate de ideias, nos seus intermináveis parágrafos coloquiais onde um vasto saber e uma imaginação sempre inquieta se derramam, amalgamando o discurso oral e o discurso erudito, metáforas e anexins ou provérbios, diálogos e narremas, résteas de pensamento e devaneio, num todo sonoro governado pela música interna da frase de Saramago.

Já foi acentuado – e muito bem – por estudiosos da obra de Saramago o papel pioneiro e anunciador, motivador, da mulher-amante nos seus romances, desde a Blimunda do **Memorial** à Maria Guavaira e à Joana Carda da **Jangada**, à Sara de **História do Cerco de Lisboa**, à Madalena (direi eu) de **O Evangelho Segundo Jesus Cristo**.

É também de ressaltar, neste breve incitamento à leitura das suas obras, o peso que nelas assume o conhecimento da história das civilizações e dos credos dos povos antigos: o Alcorão, a Bíblia, a Cabala, os Vedas...

O Saramago agnóstico, que, com superior ironia, cruza a palavra de Cristo, de Deus e do Diabo, no **Evangelho**, ronda amiúde, até mesmo no combate que trava, a dimensão do religioso. A sua tão forte preocupação metafísica é-lhe tangencial. Mas não há dúvidas de que a sua batalha pela luz visa, em última análise, o despertar do homem para uma forma superior de vida, chamemos-lhe socialismo, ou humanismo ou aperfeiçoamento da espécie pela via da fraternidade. E O **Ensaio sobre a Cegueira**, quadro trágico das trevas morais em que mergulhou o final do século XX, tem como reverso, ou não dito, a abertura para a claridade, isto é, o contrário da treva, que o amanhã pode trazer-nos.

A sua batalha pela luz visa, em última análise, o despertar do homem para uma forma superior de vida, chamemos-lhe socialismo, ou humanismo ou aperfeiçoamento da espécie pela via da fraternidade.

SARAMAGO, O JOSÉ

O almoço fora excelente. Em casa da Carmélia, que nos recebera, diria melhor: que nos acolhera, diria melhor ainda: que nos acarinhara como é de seu natural. Almoçáramos na pequena cozinha a deitar por fora também de alegria com a meia dúzia de amigos do "nosso José". Depois, ficámos a conviver enquanto, numa das salas, Saramago recebia e conversava com alguns ericeirenses, sobretudo jovens, que tinham tido o privilégio de se antecipar ao "programa oficial". E, pelo meio da tarde, saímos para a rua estreita que desemboca no largo do jogo da bola, no âmago da Ericeira.

Era a primeira vez que me encontrava com o Zé Saramago depois dele ser o Nobel da Literatura de 1998. Durante o almoço, cada um contara como vivera a notícia. Eu tivera-a em Estrasburgo, no meio da loucura da semana de plenário do Parlamento Europeu. Contara como a surpresa e tanta alegria me fizera fazer figuras tristes e como acabei no posto médico do "Palácio da Europa" a pedir ajuda para me controlarem a disparada e disparatada tensão arterial.

A recepção popular – sim, do povo! – à atribuição do Prémio Nobel ao nosso querido amigo.

Fizemos, o pequeno grupo, em passeio lento, calmo, prolongando o convívio amigo, o pequeno trajecto até ao largo ali mesmo à frente, onde se adivinhava uma agitação contida, de espera, prestes a explodir em festa. E em festa explodiu. Foram palmas, foram vivas, logo logo a filarmónica (que me desculpe a banda se banda era) a atacar em força e som, tudo em honra do "nosso Nobel".

Atrasei-me, vi afastar-se a primeira fila onde a cabeça do Zé se mantinha visível, uns palmos acima de tudo e todos. Afastei-me, ou deixei-me ficar, como sempre faço quando se aproximam "flashes", holofotes, luzes da ribalta, numa reacção de incurável repulsa, que não digo saudável para não abusar do vitupério...

Comentávamos, a Maria José e eu a recepção popular – sim, do povo! – à atribuição do Prémio Nobel ao nosso querido amigo, quando, ao nosso encontro veio o Pezarat Correia, com a simpática exuberância calma a transparecer saúde.

Estava na "sua Ericeira" e mostrou alguma surpresa por nos ver por aqueles sítios tão familiares seus, e onde lhe aparecíamos estranhos ou novidade. Disse-lhe da velha amizade pelo Saramago, deixei escapar dois ou três pormenores que costumam ser guardados das conversas e dos relatos porque são do recato das amizades.

A genuidade da admiração e da amizade, nada parecidas com as que estariam de reserva e prontas para se manifestarem com alarido depois de 8 de Outubro, à boleia da Academia Sueca.

Para não haver dúvidas sobre a genuidade da admiração e da amizade, nada parecidas com as que estariam de reserva e prontas para se manifestarem com alarido depois de 8 de Outubro, à boleia da Academia Sueca, talvez tenha sido demasiado veemente. Tal seria a veemência que o Pezarat a travou com o convite para que escrevesse um texto sobre o Saramago enquanto amigo, sobre o homem, sobre o homem antes de Nobel ser (ou acima do prémio recebido?). Argumentou Pezarat que eu seria a pessoa indicada, quem ele procurava para um espaço n'*O Referencial* da A25A. E tão embalado e desprotegido estava eu que logo disse que sim, tomando compromisso que é coisa a que nunca quero faltar depois de tomado.

Por isso, aqui estou a escrever sobre o Saramago. Com a dificuldade enorme de ter de ultrapassar pudores e, ao mesmo tempo, de não querer trair a (ou me distrair da) preocupação de não derrapar. Nem pela ribanceira do subjectivismo lamecha, nem contra a árvore da aparente objectividade do factual, nem atirado para a barreira do equilibrismo do exercício de estilo.

* * *

Lá para a segunda metade dos anos 60 , numa das reuniões em que alguns ditos e chamados oposicionistas se desdobravam para juntar vozes claras e protesto visível à luta política que se fazia clandestinamente, foi resolvido que se escrevesse um texto que um conjunto significativo de assinaturas pudesse tornar numa arma para essa luta difícil. E resolvido foi também que esse texto fosse produto da acção combinada de um de nós que escrevesse bem e sem papas na língua (politicamente falando) e de um outro que, não escrevendo mal de todo, conseguisse dar ao escrito uns tons técnicos, quanto bastasse para o económico sem que deixasse de ser político. Calhou-nos, ao José Saramago e a mim, a sorte (mais pouca que muita) de cumprir tal tarefa.

Conhecíamo-nos vagamente, na obscuridade (às vezes também material) dessas reuniões, e teria sido o nosso primeiro contacto directo e "a sério", para além das frases curtas e quase cifradas aue tanto escondiam quanto revelavam.

Encontrámo-nos duas ou três vezes, lembro-me de ter ido aos Estúdios Cor onde o Saramago trabalhava, e de ter ficado impressionado com a aparente secura, com a exigência, com o rigor, com a ajuda calma, sem paternalismos, pedagógica, ao camarada que eu era.

Escreveu-se o texto, mais um texto da oposição democrática, ele foi aprovado, houve a recolha de assinaturas, divulgou-se. Cumpriu-se o ritual, como no poema do José Saramago que o Carlos do Carmo canta. Deu-se o beliscãozinho na besta fascista.

Escreveu-se o texto, mais um texto da oposição democrática, ele foi aprovado, houve a recolha de assinaturas, divulgou-se. Cumpriu-se o ritual, como no poema do José Saramago que o Carlos do Carmo canta. Deu-se o beliscãozinho na besta fascista.

Mas aquele não era, para mim, um texto qualquer. Não era apenas mais um a somar a tantos outros. Era um texto por que me co-responsabilizava, que tinha uma qualidade de que ne orgulhava, bem consciente do reduzido contributo que de mim era para que o texto tivesse essa qualidade(*). E, sobretudo, por ao participar na sua feitura ficara a conhecer melhor um homem e sentia que tinha valido a pena.

Continuámos a encontrar-nos. Noutras reuniões, pela Seara Nova e por mais lugares que de culto e cultura deveriam ser, com responsabilidades, embora menos

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

directas, em outros textos com a mesma finalidade, que de muitos beliscões também se fez a luta e a vitória.

* * *

Até que uma mudança de parte da redacção do Diário de Lisboa da rua Luz Soriano para a rua Castilho, e uma reintegração minha entre os colaboradores do Jornal, nos instalou na mesma sala. Nessa sala, o José Saramago escrevia, para saírem dia a dia, as *opiniões que o DL teve*, e eu trabalhava, em *part-time*, na coordenação de um suplemento económico semanal que me esforçava para que não desmerecesse do jornal que era, então, o Diário de Lisboa.

À camaradagem e à simpatia mútuas vieram juntar-se, com a facilidade do que é natural, uma amizade que algumas circunstâncias familiares em que as nossas vidas são pródigas – e, no nosso caso, atrevo-me a dizer felizmente – ajudaram a tornar forte e resistente a ausências.

Foi a descoberta, no quotidiano, do homem afável e simples, com a palavra certa e certeira no momento em que um amigo dela necessita. Com a grande qualidade de, para o fazer, não precisar de dizer muito, que mais ouve que fala, que mais escuta que perora.

Foi a descoberta, no quotidiano, do homem afável e simples, com a palavra certa e certeira no momento em que um amigo dela necessita.

Já seu leitor e admirador de prosas e poemas, para o retrato de Saramago que ia retocando comecei a juntar, por testemunho vivido, os traços de um respeito pelo trabalhador oficinal, pelo produtor diário de opiniões que, hoje, ajudam a perceber o portugal dos anos 70 antes de chegarem ao ano 74 ao mês de Abril e ao dia 25.

Tinha, inclusivé, o privilégio de ler essas opiniões – sempre excelentemente escritas, sempre belíssimas prosas – antes de publicadas, privilégio maior por nem todas passarem incólumes na censura fascista (**), e privilégio que era também honra por me ser pedida, por vezes, opinião sobre as opiniões, chegando mesmo a ter contribuído, quando de economia se tratava, com sugestões ou até mesmo frases ou trechos de minha lavra.

Regressado Saramago à Luz Soriano, por maiores terem passado a ser as suas responsabilidades no jornal, não esmoreceu o nosso contacto e devo-lhe o ter salvado alguns suplementos económicos para que não tive, nem a lucidez de prever toda a violência dos cortes da Censura, nem a clarividência de acautelar falhas de outros com colaborações prometidas mas não concretizadas.

* * *

De tantos episódios que me vêm à tona da memória, recordo um que estimo ter interesse que ultrapassa em muito a circunstância de eu ter sido um dos protagonistas. Numa noite em que na casa da rua da Esperança fui recebido como o amigo que era, essa hospitalidade deu-me coragem para levar e ler uns escritos meus que guardava em gavetas ou arcas encoiradas. Que por lá dormitavam à espreita de uma oportunidade amiga como aquela para "irem a exame".

José Saramago, o Prémio Nobel da Literatura de 1998, não tem qualificações académicas no seu currículo. Tem outras, que me dispenso de referir tão referidas têm sido.

Acabada a leitura (nervosa, decerto desvalorizadora...) e a audição (atenta, benevolente) veio o veredicto. Crítico, duro mas estimulante, separou um episódio vivido que estaria contado com garra e ritmo, desmontou uma expressão que permitia leituras ambíguas e ridicularizantes, desancou uma ideia redutora, maniqueísta e instrumental da ficção.

Esse pedaço de noite acabou com uma sentença ou recomendação formal que ficou gravada cá dentro: "... para escreveres como gostarias, e como o podes fazer, tens de ler , de ler mais, de ler muito". E eu, que desde miúdo leio muito, percebi bem – embora não logo, embora não imediatamente – que nunca se lê o suficiente e que só sabe escrever quem aprendeu a ler e aprendeu que essa aprendizagem nunca está terminada, que se reinicia em cada novo dia e em cada novo livro com que se recomeça o acto criador da leitura.

José Saramago, o Prémio Nobel da Literatura de 1998, não tem qualificações académicas no seu currículo. Tem outras, que me dispenso de referir tão referidas têm sido. A partir da sua vida que este episódio ilustra, será oportuno requerer que os CV passem a incluir uma alínea em que se quantifiquem (e qualitativamente se valorizem) os hábitos de leitura do curriculado. Entre tanta homenagem que lhe estão a fazer, o que conheço de Saramago permite-me adivinhar que ele ficaria feliz se fosse dado o seu nome a tal alínea curricular tornada obrigatória.

* * *

Se "*as opiniões que o DL teve*" (título feliz da colectânea editada pela Seara Nova) são mosaicos indispensáveis para o estudo e conhecimento do tempo português do começo dos anos 70 os apontamentos que foram editoriais do Diário de Notícias não o são menos para o período crucial que foi do 11 de Março de 1975 ao 25 de Novembro de 1975.

É curioso e significativo que esses apontamentos, tão excelentemente escritos como parece inevitável quando escritos por José Saramago, estejam ou se queiram esquecidos. Da passagem de José Saramago pelo DN recorda-se, periodicamente, um episódio sobeja e exaustivamente esclarecido mas que regressa sempre como se nunca o tivesse sido. Assim o fez, despudoradamente, um jornal que achou oportuno "lembrar", em título e a propósito da atribuição do Prémio Nobel, que Saramago tinha sido o responsável pelo saneamento de jornalistas do DN!

Os apontamentos no DN bem merecem leitura e releitura, não só pelo gozo de ler como a língua portuguesa pode ser bela mesmo em escritos sob a pressão da entrega quotidiana a tempo e horas, e outras pressões ainda mais complicadas, também não por terem sido coisas escritas por quem que é, hoje, Nobel da literatura.

Da passagem de José Saramago pelo DN recorda-se, periodicamente, um episódio sobeja e exaustivamente esclarecido mas que regressa sempre como se nunca o tivesse sido.

Merecem, esses editoriais, leitura e releitura pelo testemunho que são dum tempo português, ainda pelo retrato de Saramago que são, por revelarem como se comportou um homem (que escrevia) na revolução. Lúcido, determinado, valorizando a dinâmica de massas, social e colectiva, mas sem que, nessa valorização, se esmagasse ou tão-só se desvalorizasse a identidade individual. Pelo contrário, potenciando-se mutuamente. Algumas vezes até Saramago terá estado em tensão – não disse conflito! – com os seus

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

ao contrariar, frontalmente, posições com que não concordava e em que essa potenciação mútua era agredida.

Também, "***os apontamentos***" deram matéria para um livro (igualmente edição da Seara Nova), e Saramago prefacia-o prevendo (talvez melhor: prevenindo) que "entre todos os livros escritos e a escrever sobre o tempo que vivemos, este ocupará, decerto, um pequeno lugar". No entanto, é um livro que, além de outras coisas, pode ajudar ao retrato de um homem, por muito que a alguns seja difícil digerir observações e comentários a que o tempo já deveria ter dado o distanciamento suficiente para que pudessem ser lidos com espírito crítico não embotado por subjectivismos ou avaliações estritamente de ordem pessoal.

Saramago escolheu o caminho do profissionalismo como escritor integralmente assumido. Decisão individual corajosa e, para todos nós, decisão muito feliz. Porque fez nascer um escritor único e um Prémio Nobel que tanto tardava para a literatura que em português se escreve.

* * *

Muito já se escreveu sobre a perversidade positiva (se me permitem a expressão) do 25 de Novembro na vida de José Saramago e de todos nós, seus leitores e compatriotas. Na nebulosa encruzilhada, Saramago escolheu o caminho do profissionalismo como escritor integralmente assumido. Decisão individual corajosa e, para todos nós, decisão muito feliz. Porque fez nascer um escritor único e um Prémio Nobel que tanto tardava para a literatura que em português se escreve.

Se este escrito não fosse, como deverá ser, sobre o homem e a personalidade, determe-ia no "***Levantado do Chão***" enquanto admirável primeira obra do escritor a tempo e corpo inteiros de seu nome José Saramago. Assim, tendo a tarefa que tenho, lembro apenas o lançamento do livro, feito na Casa do Alentejo, mais emocionado e emocionante que consagrador, como lembro o episódio muito recente do regresso do autor, já Prémio Nobel, aos lugares onde o escreveu e ao contacto com as mulheres e os homens em que colheu inspiração e vida, e em que o discurso de Saramago foram as lágrimas do homem, do amigo, do camarada, que não deixaram soltar-se as palavras do escritor.

Conhecer um homem, conhecer este homem, é fácil depois de vencida a barreira que todos temos o direito de levantar para que na intimidade só entrem os que se quer que nela entrem.

O escritor partiu do Alentejo para a sua viagem a Portugal, em que faz de guia que se desejaria obrigatório para as viagens na nossa terra, particularmente para ler com os jovens no hotel ou na casa de acolhimento depois dos quilómetros feitos durante o dia. "***Viagem a Portugal***" é Saramago mergulhado no espaço da Pátria até ao mais profundo de si. Irremediavelmente.

O homem Saramago é... um homem. Ponto final.

Sobre o homem devo escrever. E foi o amor, o amor do homem concreto por aquela mulher concreta, que em português não se traduz numa palavra como o creoulo caboverdeano o pode fazer com *cretcheu*, que o levou para Espanha, para Lanzarote. Com a ajuda de alguns (in)oportunos empurrões dados por portugueses infelizmente idio... sincráticos.

Conhecer um homem, conhecer este homem, é fácil depois de vencida a barreira que todos temos o direito de levantar para que na intimidade só entrem os que se quer que nela entrem.

Com uma vasta e profunda cultura enraízada pelas leituras com que se fez homem, usando a ironia como arma letal sem jamais perder a elegância e a correcção, José Saramago, na sua aparência dura e seca, é educado e afável sem olhar a quem. Para o número restrito embora largo – tudo é relativo – de amigos, é um homem aberto, franco, caloroso, por vezes quase infantil no entusiasmo com que, por exemplo, depois de um gaspacho "à Pilar del Rio" (com lugar em qualquer tratado de gastronomia da amizade), mostrava o projecto da casa e as fotografias do local onde ira ser edificada, no modo como convive com os cães ontem vadios que descobriram na Casa de Lanzarote um lugar para viverem bem e ainda melhor acompanhados. Que o digam o Pepe, a Greta, o Camões. Se é que não há já um outro que, a ter a sorte do último, crismado Camões por ter sido esse o prémio então recebido, se chame Nobel, que não vejo porque não há-de ser nome de cão...

O prémio Nobel da Literatura de 1998 é um homem inteiro, não é feito de metades.

* * *

É o homem Saramago um "santo", sem defeito nem mácula?

Se do escrito até aqui se retirasse essa ideia como minha teria falhado o que tento do amigo. O homem Saramago é... um homem. Ponto final.

Para acabar esta prosa, que prolongaria agradavelmente se tal me fosse permitido pelo espaço à disposição e pelo tempo tirado aos trabalhos que têm de ser feitos, aproveitaria duas observações sobre os homens e o seu comportamento que, endereçadas a outros, Saramago faz nos seus últimos "***cadernos***".

O prémio Nobel da Literatura de 1998 é um **homem inteiro, não é feito de metades.**

Com horário de trabalho – e muitas horas são – para ser o escritor que é, em todas as horas é sempre o mesmo homem. Que não há nenhum prémio ou outra qualquer honraria que faça mudar. Se alguma coisa mudou com a atribuição do Nobel deste ano, ela foi o próprio prémio por ter sido escolhido este premiado e não o premiado por ter sido escolhido para este prémio. Se vaidoso o achavam, não é ter ganho o Nobel que mais vaidoso tornará o homem simples que Saramago também é; se pessimista o catalogavam, não é o Nobel que vai fazer o José Saramago mudar a sua visão do mundo tal como está organizado e ao serviço de quê, não é o Nobel que alterará o seu comprometimento com os que sofrem e com os que lutam.

E se **a História da Amizade está por escrever...**, entre as páginas da vida que é a do José Saramago, há muitas que têm lugar nessa História que sempre estará por escrever.

Sérgio Ribeiro

(*) - Procurei, entre os papeis que de mim fazem ilha, esse documento. Não o encontrei. Talvez tenha sido "recolhido", como eu próprio o fui, na última visita que a PIDE - perdão, professor Marcelo Caetano, a Direcção Geral de Segurança... - me fez, nas vésperas do 25 de Abril.

(**) - Perdão, professor Marcelo Caetano, no "aviso prévio"...

JOSÉ SARAMAGO

Não o conheço pessoalmente. Não partilho as suas ideias políticas. No entanto há largo tempo que o considero o nosso mais notável prosador do último quartel do século XX, o único capaz de ombrear com Aquilino Ribeiro embora os seus estilos e concepções literárias sejam perfeitamente diversos.

Por isso a atribuição do Prémio Nobel em nada veio alterar a minha perspectiva sobre a sua magnífica obra, ao contrário do que possivelmente terá sucedido a muita gente que só agora descobriu José Saramago. Sendo o Prémio Nobel da Literatura o de maior repercussão mundial, creio que muitos outros recebidos por Saramago terão um significado mais profundo e sério de reconhecimento da sua obra. Considero que o Nobel da Literatura deixou, em grande parte dos casos, de representar uma distinção de mérito desde que, nos anos cinquenta, foi atribuído a Winston Churchill que nunca passou de medíocre jornalista e cuja História da Segunda Guerra Mundial não primou pela precisão e pela imparcialidade.

Não sou crítico literário nem conheço a totalidade dos livros de Saramago. Todavia é nítida uma evolução altamente positiva desde **Terra do Pecado** (1947) até **O Conto da Ilha Desconhecida** (1998). Se em **Terra do Pecado** existe ainda alguma indefinição e em **Levantado do Chão** (1980) há uma nítida conotação política, já no **Manual de Caligrafia e Pintura** (1977), no **Memorial do Convento** (1982), em **O Ano da Morte de Ricardo Reis** (1984), em **A Jangada de Pedra** (1986), em **A História do Cerco de Lisboa** (1989), em **Ensaio Sobre a Cegueira** (1995) e em **Todos os Nomes** (1997) Saramago consegue conjugar, subtil e maravilhosamente, uma realidade fria e agressiva com uma suavidade poética e sonhadora.

a atribuição do Prémio Nobel em nada veio alterar a minha perspectiva sobre a sua magnífica obra, ao contrário do que possivelmente terá sucedido a muita gente que só agora descobriu José Saramago

Autor , ainda, de três livros de poesia, de duas obras de crónicas, de um livro de viagens, dos **Cadernos de Lanzarote** (Diários), José Saramago publicou quatro peças de teatro de que apenas conheço **In Nomine Dei** (1993), amargo e violento trabalho sobre as lutas sanguinárias que, em nome de Deus, católicos e protestantes travaram em Munster, no século XVI.

Creio, porém, que a obra mais controversa de Saramago surgiu em 1991 com **O Evangelho Segundo Jesus Cristo**. Daí resultou não só a exclusão do seu nome, pelo então Sub-Secretário de Estado da Cultura, Sousa Lara, da lista candidata ao Prémio Europeu de Literatura mas também uma violenta reacção dos meios católicos, a começar no próprio Vaticano.

E toda essa controvérsia foi agora ressuscitada com a atribuição do Prémio Nobel.

Através do seu jornal ''Osservatore Romano", o Vaticano lamentava a atribuição do Nobel a um "comunista inveterado'', a um escritor que tem uma "visão substancialmente anti-religiosa'' do mundo. Assumindo uma intransigente posição de fundamentalismo católico (afinal não há só fundamentalismo islâmico...) a Igreja esqueceu deliberadamente um dos três princípios fundamentais que levaram o velho João XXIII a convocar o Concílio Vaticano: A abertura de um diálogo ecuménico e franco com todas as crenças e religiões, incluindo os descrentes e os ateus.

Assumindo uma intransigente posição de fundamentalismo católico (afinal não há só fundamentalismo islâmico...) a Igreja esqueceu deliberadamente um dos três princípios fundamentais que levaram o velho João XXIII a convocar o Concílio Vaticano: A abertura de um diálogo ecuménico e franco com todas as crenças e religiões, incluindo os descrentes e os ateus.

A Igreja católica portuguesa aceitou, subservientemente, as posições do Vaticano e a própria Rádio Renascença, no único apontamento transmitido sobre o Prémio Nobel, recorda secamente a antiga e estúpida querela.

Houve, porém, três figuras religiosas que souberam, inteligentemente, separar o valor literário de Saramago das suas concepções políticas e religiosas, não hesitando em congratular-se publicamente com a distinção conferida ao escritor. O Bispo resignatário de Setúbal, Manuel Martins, o Dominicano Frei Bento Domingues e o Bispo auxiliar de Lisboa e Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, Januário Torgal Ferreira. E este último teve a coragem de estar presente na cerimónia pública de homenagem efectuada no Centro Cultural de Belém. É admirável que ainda haja espíritos esclarecidos e independentes.

Embora com uma formação de base católica, entendo que **O Evangelho Segundo Jesus Cristo** nada tem de blasfemo. Todo ele é um percurso de amargura, de doce e consciente suavidade que nos propõe um Jesus Cristo muito humano, provavelmente mais próximo do que realmente foi do que aquilo que em geral nos pretendem apresentar. Todo o livro é um verdadeiro poema de amor torturado, de vivência simultaneamente divina e humana, com uma sublimidade e um realismo magníficos.

Embora com uma formação de base católica, entendo que O Evangelho Segundo Jesus Cristo nada tem de blasfemo.

Não há, decerto, qualquer intenção de aviltar a imagem de Cristo mas, pelo contrário, procura-se aproximá-lo da humanidade e torná-lo mais compreensível.

E a reacção da Igreja católica baseia-se, provavelmente, na referência expressa no livro a alguns factos concretos que se tem procurado subtrair ao conhecimento dos crentes, como seja a existência de dois irmãos de Jesus Cristo e o facto de São José ser um carpinteiro cuja ocupação fundamental era fabricar toscas cruzes que fornecia aos romanos para cruxificação de judeus rebeldes, tendo acabado por morrer também crucificado.

Além disso, ao pôr em causa a tradicional virgindade de Maria, Saramago entra em conflito com a Igreja Católica, propositadamente esquecida de que a Imaculada Conceição só foi tornada dogma de fé em 1870, no Concílio Vaticano I convocado por Pio IX. Tem, portanto, apenas 128 anos tal como a infalibilidade do Papa, estabelecida no mesmo Concílio. E recorde-se a própria Assumpção (ascenção) de Nossa Senhora só foi definida como verdade de fé em 1950, por Pio XII.

Será que veremos ainda o Vaticano oferecer uma recompensa monetária pela morte de Saramago, à semelhança do que sucedeu com Rushdie por causa dos seus Versos Satânicos? Tudo é admissível e pode acontecer enquanto não forem retomados os caminhos da tolerância ecumênica corajosamente defendidos durante o curto papado do Cardeal Roncalli, Bispo de Veneza, mais conhecido por João XXIII.

Nuno Fisher lopes Pires

S. PEDRO DO ESTORIL – 24 DE NOV 98
MALHAS QUE A CONSPIRAÇÃO TECEU

Não me recordo se foi o Bismarck ou outra pessoa que pôs a correr que a casa onde nos reunimos em 24 de Novembro de 1973 era do guarda das instalações da Colónia Balnear Infantil de O Século.

O facto é que, na visita preparatória da evocação da reunião, fomos confrontados com a afirmação dos responsáveis pela colónia balnear de que "a casa não pertence à colónia, nem nos lembramos que alguma vez tenha pertencido".

E à pergunta de "se não era a casa do guarda", respondiam-nos, apontando uma parte das instalações da colónia, "não, as instalações do guarda são aquelas".

Ao mesmo tempo, o Almada Contreiras, dizia-me "a casa é duns familiares do João Pereira Bastos. Eu sei, porque vivo aqui perto e até frequentei a casa...".

"Então esclarece lá isso! Fala com o Pereira Bastos e esclarece bem o que se passa, pois eu gostaria de saber a quem pertence a casa" pedi ao Contreiras.

Foi assim que, através da carta que se transcreve, se soube da verdadeira história da casa da Cerca, onde um grupo de oficiais da Armada, por iniciativa do Pereira Bastos, em 1971 havia visto o filme que estava proibido de ser exibido em Portugal "O couraçado de Potemkine".

Descobrimos, passados 25 anos, que só a enorme coragem de uma lutadora antifascista evitou que ali se tivesse verificado uma autêntica tragédia. Que poderia ter precipitado tudo e anulado o movimento conspirativo. Bastaria que a PIDE/DGS ali tivesse ido, à procura do "material crítico" que lá estivera escondido, deparando com uma reunião conspirativa.

Se nos recordarmos que a maioria dos presentes estava armada, que havia um de nós (não consigo recordar-me de quem era) que tinha no porta bagagens uma bazooka com três granadas, não será difícil imaginar o que teria acontecido.

E, se acrescentarmos, a enorme exaltação que se verificou , com a intervenção do Luís Banazol, fácil é vislumbrar que dificilmente os pides dali teriam saído com vida.

A História teria sido bem diferente.

Mas a História é feita de pequenas estórias, é uma manta tecida por imponderáveis vários. Como este que a conspiração teceu e fez com que fossem os mesmos que ali se reuniram que haviam de libertar de Caxias a Maria Fonseca Ribeiro.

Agradecendo-lhe, sem o saberem, a sua coragem, a sua determinação e o seu amor à liberdade.

Vasco Lourenço

Lisboa, 9 de Novembro de 1998

Na sequência do contacto estabelecido, venho esclarecer que a casa onde se realizou a reunião de 24.11.73 nunca fez parte ou pertenceu à Colónia Balnear Infantil de "O Século", com a qual nunca teve qualquer relação a não ser a de vizinhança imediata.

A propriedade em que se integra, denominada "Cerca de S. Pedro", com cerca de 1 ha, foi comprada em 1943 por meu Avô e manteve-se na família até 1988, data em que foi vendida a um empresário de construção civil.

Porque penso que pode ter interesse para contextualizar a cedência efectuada para a realização dessa reunião, refiro alguns aspectos da "história" dessa casa.

Ao comprar a propriedade, a intenção de meu Avô era demolir o que restava de uma antiga fábrica de conservas de sardinhas e construir de raíz uma casa com vista para o mar, na frente junto à marginal. Só depois verificou não ser autorizada a construção em todo aquele terreno, pelo que apenas pôde recuperar "discretamente" o edifício da velha fábrica, sem nada poder alterar do seu aspecto exterior, que manteve o ar de "casarão" referido por Saraiva de Carvalho (p.161).

Os proprietários da casa - meu Avô e, por sua morte, meus Pais - constituiam uma família conservadora, de antecedentes monárquicos e profundas convicções católicas, com ligações de amizade pessoal e numerosas figuras proeminentes do regime salazarista.

A partir daí a casa foi essencialmente utilizada para períodos de férias. O meu Pai, historiador e arqueólo-go, aproveitou-os para a colheita de seixos quaternários e foi assim que, no dia 25 de Abril de 1944 fez o primeiro reconhecimento da existência de grutas artificiais. Consciente da importância dos achados, informou deles os seus companheiros de pesquisa - o Padre Eugénio Jalhay e o Coronel Afonso do Paço - e a Junta de Turismo de Cascais. As escavações começaram no dia seguinte, prolongando-se até 17 de Agosto. Os achados pré-históricos iam sendo reunidos e expostos no amplo rés-do-chão da casa, onde permaneceram até serem entregues por meu Pai ao Museu de Castro Guimarães, em Cascais, onde hoje se encontram. Alguns

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

deles, pelo seu valor, foram exibidos no Pavilhão de Portugal na Exposição Mundial de 1958, em Bruxelas [1].

Os proprietários da casa - meu Avô e, por sua morte, meus Pais - constituiam uma família conservadora, de antecedentes monárquicos e profundas convicções católicas, com ligações de amizade pessoal e numerosas figuras proeminentes do regime salazarista. Confrontados com a falta de qualquer igreja entre o Estoril e Carcavelos, disponibilizaram ainda nos anos 40 parte do rés-do-chão para uma capela aberta ao público, que durante muitos anos passou a ser o local da missa dominical naquela área. A capela tinha "Santíssimo permanente", o que na época era muito raramente concedido a capelas particulares e significava, por parte do Patriarcado, uma especial confiança nas "virtudes" da família proprietária. Essa presença do "Santíssimo" que, para as crianças que se moviam no andar de cima, significou durante anos um dever respeitoso de andar em bicos dos pés e de falar baixinho, constituiu uma das razões pelas quais a casa foi escolhida por Monsenhor Pereira dos Reis, antigo Reitor do Seminário dos Olivais e grande amigo da família, para um prolongado período de convalescença.

Os "meninos respeitosos" cresceram. Com o passar dos anos e sobretudo a partir da campanha eleitoral de 1969, foram evidenciando opções políticas e de vida bem distintas daquelas em que tinham sido criados.

Nesta capela foi colocada, por diligências de um conhecimento comum, uma imagem de Nossa Senhora del Pilar, da particular devoção da família real espanhola, então residente em Cascais e que, por esse motivo, aí se deslocava para as suas orações: a Rainha-Mãe, as duas filhas, mais raramente o então Príncipe Juan Carlos.

Os "meninos respeitosos" cresceram. Com o passar dos anos e sobretudo a partir da campanha eleitoral de 1969, foram evidenciando opções políticas e de vida bem distintas daquelas em que tinham sido criados. Era difícil entender, então, que na origem de muitas dessas opções estavam justamente exigentes valores interiorizados. No princípio dos anos 70, por sua iniciativa e profundo desgosto, a Mãe pediu ao Patriarcado que fechasse a capela: em sua opinião, a família tinha deixado de a "merecer".

A cedência da casa para a reunião de 24 de Novembro de 1973 foi feita por meu irmão mais velho, hoje já falecido. De 1968 a 1970, tinha estado como capitão miliciano em Angola: Quipedro, Malange, Toto. Não lhe conhecíamos alinhamento político, as suas tendências pareciam-nos conservadoras. Tinha no entanto códigos de honra e de lealdade muito próprios. Jamais trairia um amigo.

A cedência da casa para a reunião de 24 de Novembro de 1973 foi feita por meu irmão mais velho, hoje já falecido. De 1968 a 1970, tinha estado como capitão miliciano em Angola: Quipedro, Malange, Toto.

Ainda hoje não sabemos quem o contactou. Pouco falou em casa, mas disse à mulher que tinham pedido para ela estar presente à chegada, com as crianças (quatro), "podia dar jeito se aparecesse alguém". Conta a minha cunhada que assistiu à chegada dos primeiros participantes: estacionavam os carros fora da Cerca, vinham a pé, um ou dois de cada vez. A certa altura, disseram-lhe que era melhor ir embora, com os filhos. O meu irmão ficou ainda. Disse-me mais tarde que durante toda a reunião estivera "a tomar conta", do lado de fora. No fim, foi ele que fechou a porta.

Desta reunião, desta cedência da casa só nos falou, e pouco, depois do 25 de Abril. Até lá, o silêncio impunha-se, mesmo de irmão para irmão, de amigo para amigo. Tal como eu nada sabia disto, também ele tudo desconhecia, em concreto, da minha actividade política. Não podia assim saber, ao disponibilizar a casa, que também eu a tinha utilizado, tempos antes, para guardar determinadas coisas ligadas à luta política. E a 24 de Novembro não sabia ainda que na véspera, ao fim do dia, eu tinha sido presa pela PIDE. E menos ainda podia saber que, levada de imediato para uma cela do Reduto Sul, em Caxias, aí iria ficar em interrogatório por oito dias seguidos. E menos ainda que, ao longo de todo o dia 24 e à própria hora em que decorria a reunião, este interrogatório incidia precisamente no percurso dessas coisas. Foi possível não falar na casa de S. Pedro. Mas o risco que essa reunião correu foi enorme.

Saí de Caxias com o 25 de Abril. Nunca esquecerei os olhos do oficial do MFA que nos abriu a porta da cela. Estavam rasos de lágrimas.

Saí de Caxias com o 25 de Abril. Nunca esquecerei os olhos do oficial do MFA que nos abriu a porta da cela. Estavam rasos de lágrimas. "Tínhamos medo de vos encontrar mortos", disse. O nome, esse não sei.

Se me coloca a questão entre ver a casa demolida e em seu lugar construído, por exemplo, um parque de estacionamento, ou vê-la integrada na Colónia Balnear, dir-lhe-ei, e penso que será este também o sentir da restante família, que esta última hipótese não faz para nós qualquer sentido. A casa tem uma "história" muito própria, de que apenas lhe referi alguns aspectos, e que nada tem a ver com essa instituição. Preferimos então ver surgir em seu lugar algo de novo, qualquer equipamento colectivo e por que não um parque de estacionamento, sempre é um espaço a céu aberto e onde, a seu tempo, poderia ser colocada no lugar próprio a placa comemorativa que, por ora, vão pôr - "inverdade histórica" - na Colónia.

Mas se me diz que a Cerca pertence actualmente à Câmara, porque não recuperar a casa, fazer dela um centro cultural, um centro de reuniões e de debates, uma galeria de arte? ou um Museu, colocando lá os achados arqueológicos encontrados ali mesmo ao pé, em S. Pedro? ou um Museu do MFA e do 25 de Abril, colocando então a dita placa na própria sala onde se fez a reunião? Ou de tudo isto um pouco? Ou ainda?...

Gostei da oportunidade de escrever esta carta.

Um abraço

Maria da Fonseca Ribeiro

[1] Ver *Vera Leisner, Afonso do Paço, Leonel Ribeiro, **Grutas Artificiais de São Pedro do Estoril**, Lisboa, 1964.*

25 de ABRIL

O texto que aqui se inclui, foi o discurso do seu autor, um jovem, nas comemorações do XXIV aniversário do 25 de Abril em Coimbra. Dado o atraso com que nos foi enviado, não pudemos incluí-lo no último número, mas, pelo interesse que lhe atribuímos, incluímo-lo neste número como texto de "opinião".

Nós, os jovens nascidos, no início da década de 70 não vivemos a ditadura, nem temos a verdadeira noção do que isso representa. A ditadura é um conceito muito vago e a sua influência no quotidiano dos portugueses nunca nos foi devidamente transmitida. A responsabilidade desta falta de comunicação entre a geração que combateu o fascismo e a nossa poderia ser colmatada se a televisão e o cinema nos oferecessem bons documentários e filmes sobre a vida durante a ditadura. O que não acontece.

Não se conhece um único filme português capaz de nos fazer perceber o que foi a Guerra Colonial, e muito menos os meandros do 25 de Abril.

Um povo que oculta a sua memória histórica, por mais controversa que esta seja, e se recusa ao confronto com os seus traumas segue indubitavelmente no mau caminho, o da negligência histórica. Penso que este é um aspecto muito importante na compreensão do alheamento da geração pós-25 de Abril em relação à revolução. Neste âmbito está ainda quase tudo por fazer e caso nada seja feito, o abismo entre aqueles que viveram o antigo regime e os jovens de hoje será muito maior. Para muitos jovens se fossemos governados por um ditador nada de mal viria ao mundo, e muitos poucos estariam prontos a combater pela democracia, porque em última análise não sabem o que representa o fascismo.

Não se conhece um único filme português capaz de nos fazer perceber o que foi a Guerra Colonial, e muito menos os meandros do 25 de Abril.

Convém reflectir sobre a ausência da escola neste processo de esclarecimento: Quando estudamos a história de Portugal nunca há tempo suficiente para abordar o 25 de Abril e etapas subsequentes. A maioria de nós, enquanto estivemos sentados nos bancos da escola, aprendeu muito pouco sobre a vida dos portugueses nas colónias e mais grave ainda, é-nos sonegada informação relativa aos indígenas Não temos ideia alguma sobre os horrores da guerra colonial, apesar de ultimamente alguns jornais, explorando o filão mais sensacionalista da questão, nos terem prendado com algumas reportagens sobre o assunto.

Os jovens precisam de heróis, personagens que simbolizem a revolução.

Che Guevara é agora conhecido por todos, e endeusado por alguns. O 25 de Abril não serviu para glorificar ninguém em particular, e se se perguntar aos jovens quem fez o 25 de Abril, dificilmente a resposta recairá num dos Capitães de Abril.

Para muitos jovens se fossemos governados por um ditador nada de mal viria ao mundo, e muitos poucos estariam prontos a combater pela democracia, porque em última análise não sabem o que representa o fascismo.

Os heróis de Abril mais conhecidos serão provavelmente Otelo Saraiva de Carvalho, nem sempre pelos melhores motivos, e o "mártir'' Capitão Salgueiro Maia. Um homem que por feitio nunca serviu a sociedade de espectáculo em que vivemos e por isso passou despercebido a muitos de nós enquanto viveu.

Nós, os jovens nascidos com o 25 de Abril estamos virados para a Europa, em oposição à geração que nos antecedeu que se virava para o Atlântico, na busca de um futuro melhor. No entanto, muitos de nós alimentam esperanças de regressar às ex-colónias, numa outra perspectiva. É um sentimento intuitivo.

muitos de nós alimentam esperanças de regressar às ex-colónias, numa outra perspectiva. É um sentimento intuitivo.

Pensamos que somos capazes de desenvolver aqueles países através do nosso know-how. Outros mais filantrópicos, e quiçá mais idealistas, deslocam-se até África na tentativa de ajudar o próximo.

Esta natural empatia com os povos africanos de língua portuguesa poderia ser explorada de forma mais activa mas, mais uma vez o Estado, sofrendo de algum estranho complexo, não promove uma reciprocidade maior no intercâmbio com os PALOP's.

Os jovens estão maioritariamente interessados em estabelecer pontes com África. Porque não são ignoradas as potencialidades e riquezas naturais de países como Angola e Moçambique, países onde ainda subsiste uma grande dose de instabilidade política.

Muitos dos nossos pais viveram parte da sua vida em África. Uma experiência completamente diferente da vivida por nós, que facilmente nos deslocamos para a Europa Central e de Leste. Viajando quase livremente por essa Europa fora onde os controlos fronteiriços são cada vez mais entendidos como pontos anacrónicos Divertimo-nos imenso quando atravessamos fronteiras onde ainda subsistem rigoros controlos fronteiriços.

Por outro lado, quem viaja também se apercebe do atraso em que Portugal está mergulhado, mas conscientes que esse fosso tem vindo a diminuir com o passar do tempo É evidente para muitos que este atraso é ainda uma herança do antigo regime, incapaz que foi de se modernizar, deixando o povo português numa profunda ignorância e pior ainda, num conformismo próprio de uma ditadura serôdia.

Esta aproximação de Portugal aos países desenvolvidos da Europa rica só foi possível graças às conquistas de Abril. Sem a democracia e liberdade nunca poderíamos ter acedido à Comunidade Económica

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Europeia, mas como a Revolução Europeia se dá a uma velocidade estonteante muitas vezes nem nos apercebemos da génese da transformação.

Os jovens de hoje têm muitas vezes dificuldade em integrar-se na vida democrática activa. Os partidos que temos não têm conseguido tornar a actividade política atraente e deixaram que se criasse em seu redor uma má imagem. O recente falhanço parlamentar na tentativa de modernizar o sistema eleitoral, e implicitamente aproximar os cidadãos dos seus representantes, revela as fragilidades da nossa democracia.

Esta aproximação de Portugal aos países desenvolvidos da Europa rica só foi possível graças às conquistas de Abril.

No tempo da ditadura existia uma causa comum e transversal: o derrube da ditadura e a instauração de um sistema democrático com a consequente integração de Portugal na vida moderna das Nações desenvolvidas do ocidente. Hoje, prestes que estamos a encerrar o segundo milénio, as causas aglutinadoras são mais complexas e difusas. Um número crescente de jovens tem vindo a participar em movimentos de cariz ecologista, outros enveredam por caminhos mais tradicionais, como o religioso. Mas, a nossa participação na vida democrática não é fácil, porque vivemos num intenso mundo de competição, porque não há tradição em Portugal de participação política. Infelizmente, a política do deixa-andar e não te incomodes é o mais vulgar entre nós e porque os próprios líderes das juventudes partidárias usualmente não propõem caminhos alternativos rendendo-se muitas das vezes às forças da politiquice.

Os próprios líderes das juventudes partidárias usualmente não propõem caminhos alternativos rendendo-se muitas das vezes às forças da politiquice.

O pior inimigo da democracia é a própria democracia, já se sabe, e a passividade geral em relação aquilo que se passa à nossa volta gera uma certa decadência das instituições democráticas.

O que faz falta é levar a juventude a participar e encontrar novas soluções para os novos problemas, ou estamos condenados a assistir ao alheamento geral, com o perigo de só os jovens carreiristas da política partidária se empenharem na gestão do país.

Queria terminar com algumas breves notas sobre a minha história individual, que marcam o meu ponto de vista .

O meu pai combateu em Angola ao serviço do Exército Português durante seis anos.

O meu tio desapareceu em combate na Guiné.

A minha mãe tinha que declarar não ser comunista, no início do ano lectivo, se queria continuar a ser professora.

João Miguel Correia Gonçalves Vaz

Estudante Finalista de Eng Mecânica
Nascido a 27.02.1971
Texto escrito a 24 de Abril de 1998

MILITARES OU POLÍCIAS?

1. A opinião pública continua cada vez mais confusa acerca da verdadeira natureza que caracteriza actualmente a Guarda Nacional Republicana, no âmbito das chamadas «autoridades civis».

Desde sempre (Dec.-Lei n.° 33.905 de 2/9/944) a GNR foi definida como «força policial». A despeito de algumas metamorfoses que determinados comandantes empreenderam na corporação, apelidando-a de «corpo especial de tropas», a sua genuína missão nunca teve cariz essencialmente militar, pelo que os seus agentes não poderiam ser tomados por «militares». Estavam (e continuam a estar) subordinados ao «regulamento de disciplina militar» e a maioria dos seus «quadros superiores» era (e continua a ser) oriunda do Exército. Mas tais circunstâncias não permitem que se lhes possa atribuir o carácter «militar». São «polícias», aliás como a própria Constituição da República os classifica no quadro das «forças de segurança» .

Mesmo que o governo continue rodeado de receios para decretar a fusão das duas forças de segurança pública (GNR e PSP), num país territorialmente pequeno como o nosso, elas não deixam de ter missões análogas e o estatuto que as rege, há muito que não devia pecar por diferenciações injustificadas.

É provável que a «comissão de especialistas» à qual o governo dera 90 dias para completar um estudo sobre estes assuntos, já lhe tenha proporcionado matéria suficiente ao encetamento da «reforma» que se impõe. De acordo com o que foi publicado na imprensa, há já dois anos, um dos objectivos que o governo pretendia alcançar daquele estudo, era a obtenção de elementos para determinar a «reeducação das polícias» .

A despeito de algumas metamorfoses que determinados comandantes empreenderam na corporação, apelidando-a de «corpo especial de tropas», a sua genuína missão nunca teve cariz essencialmente militar.

2. A recente actuação da GNR face aos agricultores alentejanos que se concentraram em Ourique, parece que veio demonstrar claramente aos portugueses, alguns aspectos altamente controversos:

O «destacamento de intervenção» da GNR cujo comando compete orgânicamente a um capitão, aparece no presente episódio comandado por um coronel (como é sabido, um coronel comanda no Exército um regimento e, na GNR comandava ou um regimento urbano ou um batalhão rural. Hoje, sem que as áreas territoriais tenham sofrido alterações, comanda uma "brigada", que no Exército equivale a mais de três regimentos). Esse «destacamento» - de acordo com o que os jornalistas apuraram no local - era constituído por cerca de 90 homens em "acção directa", com o "apoio" de viaturas blindadas, helicópteros, cães, cavalos e outros meios de equipamento antimotim. Os efectivos em "acção de reserva" não foram exactamente estimados.

O comandante recebeu, naturalmente, uma missão escrita ou verbal vinda do

(Continua na página seguinte)

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
Rua Luís de Camões, 47
Tel.: 419 81 05 - Fax 419 81 30 2795 LINDA-A-VELHA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do Artº 8º dos Estatutos e nº 2 do Artº 34º e Artº 35º do Regulamento Interno, convoco a Assembleia Geral da Associação 25 de Abril para se reunir em sessão ordinária nas instalações do **Forum Lisboa (antigo Cinema Roma)** sito na **Av. de Roma nº 14L** em Lisboa, no dia **13 de Março de 1999** pelas **14.30 horas**, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHO

1. Leitura e aprovação da acta da Assembleia Geral anterior.
2. Ratificação da admissão de sócios e apoiantes.
3. Discussão e aprovação do relatório de Actividades e Contas da Direcção e respectivo parecer do Conselho Fiscal.
4. Apreciação da actualidade da A25A. Contributos para acção futura. Comemorações das Bodas de Prata do 25 de Abril.

(Se não estiverem presentes mais de metade dos sócios efectivos, a reunião iniciar-se-à meia hora depois, com a presença de qualquer número de sócios).

Sede da Associação 25 de Abril em Linda-a-Velha aos 04 de Janeiro de 1999

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

CARLOS ALBERTO IDÃES SOARES FABIÃO

(Continuação da página anterior)

escalão superior. Procedeu a um «estudo da situação» e «decidiu».

A decisão relativa a qualquer operação a realizar é, em todas as situações, da única responsabilidade do comandante. Ele conhece a força moral dos seus homens, a capacidade dos meios materiais disponíveis, o estado do equipamento, a eficácia do armamento, os níveis de instrução e disciplina do pessoal.

Em relação ao «conflito» com os agricultores pacificamente desarmados, dispondo apenas dos seus tractores, o comandante definiu uma «estratégia» de actuação a fim de atingir os objectivos da missão. E deveria tê-lo feito com a «ciência e arte» que toda e qualquer estratégia exige.

Porém, julgamos que exagerou na avaliação dos meios humanos e materiais necessários, e no seu emprego numa acção repressiva contra cinco desses agricultores.

Vamos aguardar «as conclusões dos inquéritos» que o Provedor de Justiça e o Inspector-Geral da Administração Interna, mandaram instaurar e saber que fundamentos conduziram à decisão de empregar aquele «tipo e volume de forças de aparato bélico, face a eventuais ameaças, admitidas como hipotéticas» .

3. Mas para que se compreendam bem as razões desta *crítica*, vejamos quais os «princípios básicos» a que teria de obedecer uma «força militar» (situação só admissível em «estado de sítio») se solicitada para «apoio às autoridades civis»:

«1.º) Empregar apenas o mínimo de força necessária para assegurar os objectivos de restaurar a ordem e a lei e dominar os distúrbios;

2.º) Não empregar armas mortíferas ou meios violentos ou perigosos para prevenir ou reprimir pequenas desordens ou ofensas com carácter de menor importância;

3.º) Não intervir senão pela presença se tal se verificar suficiente;

4.º) Da sua condição de força armada deriva uma maior responsabilidade, o que implica uma maior ponderação na execução dos seus actos;

5.º) Actuar de boa fé, imparcialmente e com fins preventivos e não punitivos;

6.º) Actuar apenas pelo tempo necessário para alcançar o objectivo imediato;

7.º) No caso de uma manifestação não ordeira, mas cuja finalidade possa ser legal, a melhor atitude a tomar consiste em não empregar a força, limitando-se a acção a medidas de identificação de alguns elementos;

8.º) É possível que a excitação possa levar os manifestantes a cometer ultrajes, mas uma tal reunião, na medida em que se não cometam actos de violência, deverá ser interferida o mínimo possível e não deverá fazer-se qualquer demonstração de força.»

princípios essenciais, prescritos na «doutrina militar, logo situados muito mais a jusante daqueles que terão de ser bem mais tolerantes e que devem presidir a uma actuação policial num Estado de direito democrático.

Estes são alguns dos princípios essenciais, prescritos na «doutrina militar, logo situados muito mais a jusante daqueles que terão de ser bem mais tolerantes e que devem presidir a uma actuação policial num Estado de direito democrático.

Julgamos que a GNR perdeu uma boa oportunidade de demonstrar que sabe conduzir operações deste género, se tivesse empregue (pelo menos numa primeira fase da acção) somente efectivos locais, conhecedores das pessoas e do meio ambiente e capazes de terem uma influência preponderante na mentalidade e aceitação dos agricultores. Num segundo tempo, poderia haver necessidade de apoiar a acção com outros meios não belicistas e nunca sob o comando (directo) de um coronel.

os trabalhadores têm o direito de se indignar livremente em defesa das causas relacionadas com a política dos sectores em que estejam integrados, sem contudo afectarem a segurança e a liberdade de outros cidadãos.

4. Concluindo: a GNR ganhou (operacionalmente) aquela «batalha» contra os agricultores e, simultaneamente, conseguiu imprimir à «luta» destes a notariedade que eles próprios e os seus dirigentes associativos desejavam. Sem terem procedido a qualquer «corte» ilegal dos itinerários principais, acção geradora de prejuízos naturais para outros seus concidadãos, os agricultores conseguiram mobilizar simpatizantes para a sua causa e dar ênfase à sensível questão que se coloca aos comandantes das polícias, no que concerne à instrução a ministrar ao seu pessoal, relativamente às metodologias de actuação perante ocorrências desta natureza ou similares, que não chegam a ser «sedição» e muito menos «assuada».

As «forças policiais» têm um vasto campo de actuação repressiva directa contra os criminosos. Aí sim, todos louvaremos as suas intervenções e os seus êxitos, e até seremos capazes de - nalgumas circunstâncias - acreditar que aqui e além possa haver «falta de efectivos e de alguns meios especiais». Mas desta vez a exibição de «tamanha força» foi contrária ao crédito que semelhantes lamúrias poderiam fazer crer à opinião pública.

O senhor Presidente da República proclamou, no seu discurso do passado 5 de Outubro, que ***«é preciso voltar a não ter medo»***. Isto significa que os trabalhadores têm o direito de se indignar livremente em defesa das causas relacionadas com a política dos sectores em que estejam integrados, sem contudo afectarem a segurança e a liberdade de outros cidadãos.

E aqui também as forças de segurança devem cumprir os seus deveres, «não tendo medo» de enfrentar as situações, sempre ao abrigo dos princípios éticos e cívicos consignados na lei, fazendo uso dessas tão importantes quão indispensáveis «armas» a usar nestes casos e que são a ***comunicação***, a ***persuasão*** e a ***dissuasão***. A tal «reforma» a que me referi em **1**, passa pela redução de horas de instrução gastas nas carreiras de tiro com "armas de guerra" e pelo aumento significativo da instrução/educação das técnicas modernas de comunicação/persuasão/dissuasão (excluo, naturalmente, deste conceito linear os "grupos de operações especiais").

Aos comandantes responsáveis competirá «superestimar a importância da educação para ampliar a racionalidade, protegendo o homem contra as forças do irracional».

Vagos, 6 de Outubro de 1998

Manuel J. Caramelo

CRÓNICAS DE MAL-DIZER II

A Desagregação das Forças Armadas

Começo por felicitar vivamente a classe política e as altas chefias militares pela forma rápida e eficiente como atingiram um objectivo que, segundo suponho, haviam definido como prioritário: a desagregação das Forças Armadas.

De facto só uma tenaz determinação e uma absoluta e confrangedora ignorância dos nossos valores histórico-militares permitiriam concretizar, em curto prazo, uma intenção tão complexa.

É evidente que o fim da guerra colonial correspondeu ao termo de um período específico da nossa organização militar. A nova realidade emergente impunha, sem dúvida, a revisão profunda da estrutura existente o que implicava não só a reformulação do conceito estratégico de defesa mas também a redução drástica de efectivos (incluindo oficiais generais), o reapetrechamento e modernização do equipamento e ainda a reorganização dos sistemas de instrução por forma a permitir a utilização de novas tecnologias.

Creio que todos estes pontos são de aceitação pacífica e merecem o consenso geral. Mas o que eu contesto frontalmente é o modo como se processou a sua concretização prática.

A independência das colónias eliminou a tradicional vertente africana das nossas Forças Armadas embora elas nunca a tivessem assumido profunda e conscientemente, salvo no período de 1961-74.

Porém, em meu entender o novo conceito estratégico definido criou uma marcante e quase total sujeição às organizações internacionais. Esqueceu-se, para isso, que a NATO viu desaparecer a sua razão de ser e a importância da sua zona de acção (Atlântico Norte) devido à pulverização do inimigo tradicional, passando, a intervir localmente mas de forma aleatória, não hesitando (se necessário fôr) em transformar-se de organização puramente defensiva em organização ofensiva sem que para tal haja razões com a mínima credibilidade política (salvo as pressões americanas) e aceitando submissamente a hipótese de verdadeiros actos de pirataria, como no Kosovo.

o novo conceito estratégico definido criou uma marcante e quase total sujeição às organizações internacionais.

Por outro lado vem-se verificando que as intenções da ONU nem sempre primam pela transparência e pela coerência.

Além disso, a nível internacional, a pobreza, a carência cultural, a poluição e a droga continuam a não ser assumidamente consideradas como potenciais inimigos e, surpreendentemente, um alheamento quase idêntico se verifica em relação ao fundamentalismo islâmico, sem dúvida equivalente ao facciosismo religioso que impulsionou as "santas" cruzadas.

Apenas o terrorismo aéreo e urbano parece causar alguma preocupação excepto quando desencadeado pelos Estados Unidos, como recentemente se verificou uma vez mais.

Interpretando de forma totalmente errada o princípio de sujeição das Forças Armadas ao poder político, as altas chefias militares não ousaram reagir contra o descalabro que se adivinhava já e aceitaram pacificamente a incompetência dos políticos.

Esse excessivo empenhamento internacional conduziu à criação de uma Brigada Arerotransportada, o que implicou o desaparecimento do Regimento de Comandos e do Regimento de Caçadores Paraquedistas. Só que essa Brigada parece não dispôr de meios próprios para realizar qualquer envolvimento vertical e não tem o mínimo interesse como agente dissuasor em caso de ataque ao nosso país.

E essa excessiva preocupação externa levou, também, ao esquecimento da realidade interna. De facto, perante uma ameaça ou mesmo uma intrusão exterior, Portugal não tem nem nunca terá capacidade de resistir frontalmente, sendo a guerrilha a única opção viável perante uma eventual ocupação. Por isso é lamentável que a riquíssima experiência adquirida em África tenha sido, pura e simplesmente, desprezada quando podia e devia ser adaptada às necessidades de defesa do nosso território actual.

Quando terminou a guerra colonial, Portugal tinha em África 150.000 homens em armas, 98.000 dos quais eram do recrutamento metropolitano. Se a este valor juntarmos o pessoal presente no território europeu, não se andará longe da verdade se tomarmos como ponto de partida um total de 130.000 militares brancos.

Na altura concreta do fim do conflito a indispensável redução de efectivos era de simples equacionamento imediato. Os 52.000 africanos eram automaticamente libertados e a grande maioria dos europeus também podia ser desmobilizada pois já tinha cumprido o serviço militar obrigatório. Assim, esta primeira fase parecia bastante exequível. E foi-o.

Simultaneamente haveria que rever o conceito estratégico de defesa, definir a organização territorial e estabelecer um novo mapa de efectivos que contemplasse

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

uma redução global para uns 30.000 ou 35.000 homens. Tudo isso foi feito mas começaram a surgir algumas dificuldades.

O número de recenseados passou a ser superior ao de mancebos necessários para incorporação, o que impôs o estabelecimento de um critério de selecção. E desde que fosse transparente, compreensível e do conhecimento geral, qualquer critério seria aceitável.

A "condição militar" dos jovens portugueses foi substituída pela "profissão militar". O militar passou a ser um funcionário público como outro qualquer, com entrada às 9H00 e saída às 17H00, sem qualquer especial espírito de missão.

Mas como os quadros permanentes de Oficiais e Sargentos haviam sido empolados devido à guerra colonial, tornou-se imperioso actuar sobre eles. E aí começou a revelar-se uma enorme inépcia que não deixou entender a natural e compreensível reacção dos visados, que viam cortada a possibilidade de prosseguir a sua carreira.

Em lugar de se procurar uma solução de equilíbrio estudada conjuntamente com os militares dos quadros permanentes, optou-se pela tomada de medidas avulsas e desenquadradas, a mais conhecida das quais foi a "Lei dos Coroneis".

Interpretando de forma totalmente errada o princípio de sujeição das Forças Armadas ao poder político, as altas chefias militares não ousaram reagir contra o descalabro que se adivinhava já e aceitaram pacificamente a incompetência dos políticos. Como exemplo de verticalidade, de independência, de coerência ética e de perfeita noção de que o futuro prometia apenas se poderá citar a notável atitude assumida pelo General Loureiro dos Santos, que se demitiu das funções de Chefe do Estado Maior do Exército.

De registar, também, que os limites de idade foram reconduzidos aos valores de antes do 25 de Abril quando deveriam ser mantidos ou mesmo ainda mais reduzidos e que as cúpulas militares permaneceram quase intocáveis, conduzindo a uma exorbitante densidade de cerca de um oficial general por cada mil homens nas fileiras.

Fazendo ressuscitar um anti-militarismo primário possivelmente herdado dos tempos da 1.ª República, alguns Partidos puseram em causa a duração do serviço militar obrigatório, acabando por conseguir reduzi-lo a 4 meses. E as Forças Armadas foram incapazes, através dos seus Chefes, de afrontarem decididamente os políticos e demonstrar-lhes a enorme gravidade da decisão tomada bem como de corrigir a noção, cada vez mais generalizada entre a população civil, da total dispensabilidade dos militares que mais não seriam do que uns parasitas da sociedade.

Era óbvio que uma instrução de 4 meses tornava totalmente impossível a preparação mínima dos jovens militares, dado que a evolução tecnológica a tornava cada vez mais complexa. Na melhor das hipóteses pouco se poderia ir além da tradicional ordem unida.

E foi assim que essa estúpida decisão abriu caminho à profissionalização das Forças Armadas. Essa profissionalização já existia, num grau ínfimo, na Marinha e na Força Aérea. Mas a sua introdução generalizada no Exército e a sua ampliação nos outros dois Ramos veio alterar completamente a tradicional vivência militar. Aquilo que sempre fora considerado como uma obrigação de consciência, um dever de todo o cidadão, que era uma escola de camaradagem (que, apesar de todos os seus defeitos e erros, marcava profundamente os jovens mesmo quando perturbava a sua vida pessoal), foi ultrapassado rapidamente. A "condição militar" dos jovens portugueses foi substituída pela "profissão militar". O militar passou a ser um funcionário público como outro qualquer, com entrada às 9H00 e saída às 17H00, sem qualquer especial espírito de missão.

É certo que anteriormente já os Oficiais e Sargentos do quadro permanente eram profissionais mas todos conhecemos erros e desvios que isso gerou. E em lugar de resolver e ultrapassar firmemente esses erros e desvios optou-se por generalizar uma situação que deveria ser corrigida.

Aliciados por promessas de formação profissional e de garantia de emprego quando terminassem o seu contrato, muitos jovens aceitaram integrar-se temporariamente na vida militar. Só que a realidade é muito diferente e cerca de 5.000 contratados que vão ser libertados até 1999 atingem o limiar de uma nova actividade sem que nada lhes tenha sido assegurado.

A criação de um serviço militar de apenas quatro meses foi, sem dúvida, um passo trágico e importantíssimo no caminho da desagregação das Forças Armadas. Mas, com a mais absoluta inconsciência, os políticos impuseram a solução final: A eliminação, pura e simples, do serviço militar obrigatório.

Esta situação, além de grandemente lesiva dos legítimos interesses dos atingidos, constitui um absoluto descrédito das Forças Armadas, já tão gravemente atingidas pelas transformações que lhes impuseram.

A criação de um serviço militar de apenas quatro meses foi, sem dúvida, um passo trágico e importantíssimo no caminho da desagregação das Forças Armadas. Mas, com a mais absoluta inconsciência, os políticos impuseram a solução final: A eliminação, pura e simples, do serviço militar obrigatório.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Isto é: as tradições de oito séculos de história foram, por um gesto criminoso da política, definitivamente enterradas perante a passividade e a cumplicidade apática e subserviente das altas chefias militares.

Supor-se-ia que a manobra de desagregação estava concluída. Mas, num assomo de pseudo-democracia surpreendente em quem serviu com devoção o regime anterior e deixou o seu nome indelevelmente ligado à criação dos "gorilas" universitários, o Ministro da Defesa atreveu-se a propôr que os militares possam exercer actividade política e partidária mediante uma licença sem vencimento e sem que tenham de encerrar definitivamente a sua carreira (como sucede no momento presente).

a proposta do Ministro da Defesa corresponde ao golpe final dado nas Forças Armadas que nunca mais serão o que foram e perdem todas as características que as diferenciavam das outras classes profissionais.

Quem quiser poderá filiar-se em Partidos e interromper a sua actividade militar para exercer funções políticas. E depois volta calmamente ao serviço.

Entraremos, assim, na total partidarização e politização das Forças Armadas que perdem por completo a sua característica (pelo menos teórica) de apartidarismo e caminham velozmente para se transformar em guarda pretoriana de qualquer regime que as alicie, o que é também facilitado pela profissionalização instituída.

Alega-se que os militares não podem ser cidadãos de segunda, o que é muito bonito. Mas esquece-se que, ao optar pela carreira das armas, o cidadão aceita conscientemente uma limitação dos seus direitos (nomeadamente o direito à greve) e que se os quisesse recuperar no seu todo podia abandonar o caminho que havia escolhido e iniciar nova vida.

No meu entender a proposta do Ministro da Defesa corresponde ao golpe final dado nas Forças Armadas que nunca mais serão o que foram e perdem todas as características que as diferenciavam das outras classes profissionais. É um fim inglório e indigno mas talvez merecido porque ninguém (a começar pelas chefias militares) reagiu perante os intuitos obscuros da classe política.

Depois do que aqui escrevi talvez já não valha muito a pena debruçar-me sobre o reequipamento e a instrução das Forças Armadas, tanto mais que o meu longo afastamento da vida militar não me permite uma visão clara das realidades actuais.

Tenho porém, a noção de que tudo caminha de modo muito lento, particularmente devido a carências orçamentais e a falta de vontade política.

Se, por um lado, a Marinha possui novas fragatas e a Força Aérea dispõe de aviões Alpha-Jet e F-16, parece ser o Exército o Ramo mais atrasado no reequipamento pois continua por seleccionar definitivamente a arma automática que substituirá a velha e saudosa G3 e os helicópteros destinados à "Cavalaria do Ar" mantêm-se indefinidos. Para não falar já na carência de viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP), de mísseis terra-ar e terra-terra, de carros de combate, de equipamento de transposição de cursos de água, de meios de transmissões. Isto, obviamente, de acordo com o actual conceito estratégico de defesa. E abstenho-me de referir eventuais necessidades imperiosas dos outros dois Ramos.

As Forças Armadas foram criminosamente desagregadas e se tornaram uma massa descaracterizada, politicamente vulnerável, maleável e por completo contrária a todas as tradições militares portuguesas.

Também no que respeita a instrução creio que o maior peso recai sobre as forças terrestres que, perante a eventualmente progressiva mas lenta disponibilidade de meios sofisticados, terão de reorganizar todo o esquema e aproveitar ao máximo os conhecimentos das jovens gerações dos quadros permanentes já que o remanescente das antigas gerações está completamente ultrapassado pelas novas tecnologias disponíveis.

Perante o que acabo de expôr a minha opinião é de que as Forças Armadas foram criminosamente desagregadas e se tornaram uma massa descaracterizada, politicamente vulnerável, maleável e por completo contrária a todas as tradições militares portuguesas. Isto é particulamente claro e indesmentível quando nos debruçamos sobre o capítulo "pessoal", onde tudo foi revolucionado, sem qualquer critério definido mas com resultados previsíveis e desastrosos.

Duvido muito que, no futuro, as Forças Armadas consigam conservar o seu espírito de missão, a sua isenção e a sua capacidade de sacrifício. Considero que tudo isso é incompatível com a forma de profissionalização imposta que cria um divórcio profundo entre as Forças Armadas e a Nação que, aliás, cada vez mais se evidencia.

Se os políticos, exclusivamente absorvidos nos seus jogos partidários, quiseram marcar a sua força e aniquilar o hipotético perigo que os militares podiam constituir, de forma alguma é aceitável que as chefias militares tenham colaborado subservientemente nessa destruição.

O futuro e a História hão-de julgar uns e outros. E condená-los-ão implacavelmente.

Nuno Fisher Lopes Pires

PORTUGAL PERDEU A INDEPENDÊNCIA DURANTE 60 ANOS EM 1580, ATÉ QUE EM 1640 COMEÇOU A RECUPERÁ-LA NO DIA 1.° DE DEZEMBRO

Comemora-se mais uma vez esta importante data da História de Portugal e, na actualidade talvez se justifique uma rectrospectiva sobre as graves circunstâncias que colocaram o nosso país sob o domínio da Casa de Áustria que, então, dominava Espanha.

Como se sabe, a perda da independência de Portugal em 1580 deu-se 2 anos depois da derrota na batalha de Alcácer Quibir, em que perdeu a vida o rei D. Sebastião sem deixar descendente.

Entre os seis candidatos à sucessão, adianta-se o rei Filipe II de Espanha, filho do Imperador Carlos V e neto do rei de Portugal D. Manuel I por via materna, o qual usa diversos métodos, incluindo a força, para fazer vingar a sua posição e aproveita-se da indecisão do velho regente, cardeal D. Henrique, que não teve a coragem de impôr a solução nacional.

Com a dominação dos reis de Espanha Filipe II, Filipe III e Filipe IV (Filipe I, II, III de Portugal) desde 1580 a 1640 - a denominada união dinástica - Portugal acumulou múltiplos prejuízos de natureza política, económica e cultural.

De natureza política, porque deixou de haver Corte real em Portugal, desaparecendo a iniciativa política, económica e cultural numa altura em que acelerava a competição entre as várias monarquias absolutas da Europa. Basta lembrar que Portugal não pôde estar presente nas Conferências europeias que conduziram ao Tratado de Westfalia de 1648.

De natureza económica, com um balanço negativo no quadro do Oceano Atlântico com ameaças por várias potências inimigas de Espanha, concretizadas pelos holandeses que ocuparam parte do Brasil e Angola e apoderaram-se dos fortes de S. Jorge da Mina (1637) e Arguim (1638). O balanço no quadro do Oriente é também negativo e o historiador Joaquim Veríssimo Serrão assinala que a situação política e militar no Oriente se degradou, desde os fins do século XVI, com as incursões da Holanda e da Grã-Bretanha, e a Espanha filipina entendia, invocando a separação dinástica das duas coroas, não lhe caberem obrigações para assegurar a defesa do Estado Português da Índia. Os vice-reis da Índia não dispunham assim de quaisquer meios para evitar a rendição de Ormuz (1622), de Ceilão (1639) e de Malaca (1641). Tornava-se evidente, diz Joaquim Veríssimo Serrão, que a União Dinástica prejudicava seriamente os interesses vitais dos portugueses na Ásia, suscitando extrema desconfiança nos mercados de escoamento no estrangeiro dos produtos portugueses e houve um acréscimo persecutório que atingiu os cristãos novos não só em Portugal como os que emigraram depois de 1580, especialmente para Espanha e Índias de Castela, principalmente para o Perú e o México, (José Veiga Torres, «Uma longa guerra social: Os ritmos da repressão inquisitorial em Portugal» in *Revista de História Económica e Social*, N.° 1, Janeiro-Junho, 1978, p. 59).

Desde 1580 a 1640 - a denominada união dinástica - Portugal acumulou múltiplos prejuízos de natureza política, económica e cultural.

Olivares procurou acelerar a integração de Portugal na Espanha sem atender ao compromisso de Filipe II nas Cortes de Tomar de 1581, em que ficou assente a separação das duas coroas.

(Joaquim V. Serrão, *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa, Colibri, 1994, p.13)

No aspecto cultural, foi também enorme o prejuízo, pois desapareceram muitas obras de arte, livros e manuscritos, e muitos homens de letras e artes foram atraídos a Madrid, Valladolid e Sevilha passando muita produção literária dos portugueses a ser feita em língua castelhana. Houve excepções, entre as quais se destacaram os monges de Alcobaça. E perdeu-se muita memória chegando-se, ainda hoje, ao ponto de se nomear como sendo de outros, o que foi obra de portugueses.

Com a ascensão de Filipe IV ao trono de Espanha e Portugal em 1621, a situação piorou para os portugueses pois o governo do seu ministro Olivares procurou acelerar a integração de Portugal na Espanha sem atender ao compromisso de Filipe II nas Cortes de Tomar de 1581, em que ficou assente a separação das duas coroas.

A Guerra dos Trinta anos em que a Espanha interveio foi também nefasta para Portugal, pois os inimigos de Espanha voltaram as suas armas também contra Portugal e as suas possessões ultramarinas, com os resultados que vimos.

Duarte Gomes Solis, um português que vivia em Espanha junto da Corte filipina, estranhava em 1622 que o comércio dos portugueses fosse mais respeitado pelos espanhóis quando os dois reinos estavam separados do que quando estavam unidos sob a mesma coroa (Cf. Duarte Gomes Solis, *Discursos sobre los comercios de las Indias*, Lisboa, s.n., 1943).

A Inquisição também favoreceu a dominação espanhola e foi hostil à restauração da Independência de Portugal pois exerceu acção esforçada na quebra da unidade nacional, forçando à fuga de muitos, suscitando extrema desconfiança nos mercados de escoamento no estrangeiro dos produtos portugueses e houve um acréscimo persecutório que atingiu os cristãos novos não só em Portugal como os que emigraram depois de 1580, especialmente para Espanha e Índias de Castela, principalmente para o Perú e o México, (José Veiga Torres, «Uma longa guerra social: Os ritmos da repressão inquisitorial em Portugal» in *Revista de História Económica e Social*, N.° 1, Janeiro-Junho, 1978, p. 59).

Crescia a oposição ao domínio dos Filipes e em 1637 quando o preço do trigo sobe para mais do dobro entre Julho e Outubro, há revoltas em Évora e no Algarve, com o povo a reclamar contra a fome e o peso dos impostos.

Até que em 1 de Dezembro de 1640 uma conspiração de portugueses nobres e letrados, que sabem poder contar com a adesão popular, realiza um golpe de palácio e restitui o trono a um Rei português, que foi D. João IV, da Casa de Bragança.

Nesse dia é aclamado em Lisboa o duque de Bragança, D. João IV, como rei de Portugal e durante 15 dias todas as terras do País abraçaram a causa da independência nacional.

A Inquisição também favoreceu a dominação espanhola e foi hostil à restauração da Independência de Portugal.

O padre António Vieira, no ano seguinte, veio do Brasil como membro entusiástico da delegação que veio trazer ao Rei a adesão dos colonos portugueses que estavam a dar provas de patriotismo na crescente resistência à ocupação dos holandeses.

Para comemorar a Restauração e a vitória na longa guerra com Espanha que se lhe seguiu, foi erigido o grande monumento que se encontra, precisamente, na Praça dos Restauradores em Lisboa.

BIBLIOGRAFIA:

Damião Peres, *História de Portugal*, vol VI, Porto, Portucalense Editora, 1934.

Duarte Gomes Solis, *Discursos sobre los comercios de las Indias*, Lisboa, s.n., 1943.

Joaquim Veríssimo Serrão, *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa, Colibri, 1994.

Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, vol V, Porto, Livr. Figueirinhas,1992.

José Veiga Torres, «Uma longa guerra social: Os ritmos da repressão inquisitorial em Portugal» in *Revista de História Económica e Social*, N° 1, Janeiro-Junho, 1978.

José G Barbosa Pereira

Comemorações do 25.° Aniversário do 25 de Abril

Na sequência da muito participada reunião da Assembleia Geral extraordinária de 10 de Outubro – cujo comunicado publicamos – decidiu-se nomear um secretariado, coordenado pelo sócio ten. *coronel Artur Pita Alves*, para as comemorações do âmbito da A25A, sejam as organizadas por nós, sejam as organizadas em colaboração com outras entidades.

Como se esperava, o facto de se comemorarem as ***bodas de prata***, provoca o aparecimento de muitas mais iniciativas comemorativas que as dos outros anos.

Estão a surgir, por isso, inúmeros pedidos para a comparência de militares de Abril em actos evocativos e em escolas. Por isso impõe-se, mais do que nunca, uma grande disponibilidade e militância de todos para participar nesses actos. Assim o esperamos, pois só assim será possível responder de acordo às expectativas e desejos dos que querem comemorar Abril connosco.

Já se evocaram algumas das reuniões mais importantes no processo conspirativo do Movimento dos Capitães, que nos levou à libertação de Portugal e dos portugueses.

Desta vez não estivemos em Alcáçovas para recordar os 25 anos, mas encontrámo-nos em ***S. Pedro do Estoril***, ***Óbidos*** e ***Costa da Caparica***. Aí, com organização das respectivas câmaras municipais, recordámos as jornadas conspiratívas.

Procuramos não banalizar as evocações, lembrando apenas as reuniões mais importantes. No entanto, admite-se também marcar as casas onde fizemos maior número de reuniões.

Nas evocações já efectuadas proferiram-se intervenções, que aqui transcrevemos.

Foram entretanto criadas a ***Comissão de Honra*** e a ***Comissão Executiva*** das ***Comemorações Oficiais***. Em ambas está presente o presidente da Direcção da Associação 25 de Abril.

Como consequência disso, verificar-se-á certamente uma grande interligação entre as comemorações oficiais e as protagonizadas pela nossa A25A.

Os dois programas de comemorações estão em elaboração. Mais adiantado o da A25A, pois o oficial ainda há pouco começou a ser elaborado.

Procuraremos difundir atempadamente os actos comemorativos.

Sabendo, no entanto, como é difícil uma perfeita informação, fazemos aqui um apelo público: ***PROCURE INFORMAR-SE PERIODICAMENTE, NA A25A, QUANTO ÀS ACTIVIDADES COMEMORATIVAS PREVISTAS. PARTICIPE.***

ACTIVIDADES PREVISTAS

23.Jan.99	Caldas da Rainha	Festa Jovem - Fórum Técnico
05.Fev.99	Olivais / Lisboa	Colocação de placa evocativa na casa Cor. Marcelino Marques. Apresentação e discussão do 1.° projecto de programa político do Movimento dos Capitães.
01.Mar.99	Cascais	Exposição itinerante "a semana que libertou Portugal".
05.Mar.99	Cascais	Colocação de placa evocativa no atelier do Arq. Braula Reis. Último plenário do Movimento dos Capitães. Apresentado e aprovado o programa político, mais tarde Programa do MFA.
13.Mar.99	Lisboa	A Marinha adere ao Movimento dos Capitães.
14.Mar.99	Lamego	1.° levantamento militar de uma Unidade de Movimento – Organização do **CIOE**.
15.Mar.99	Portimão	Exposição itinerante "a semana que libertou Portugal".
16.Mar.99	Caldas da Rainha	1.ª acção de tomada de força pelo Movimento.
20.Mar.99	Almada	Festa Jovem – Seminário sobre o tema "o 25 de Abril e o Desporto Português" – no auditório Fernando Lopes Graça.
24.Mar.99	Oeiras	Colocação de placa na ex-casa do Ten. Cor. Candeias Valente. Última reunião da Comissão Coordenadora.
		Exposição itinerante "a semana que libertou Portugal". (calendário em estudo)
18.Abr.99	Almada	Festa Jovem – Festival de actividades gímnicas no complexo municipal de desportos "Cidade de Almada", no Laranjeiro.
24.Abr.99		Raide cicloturístico. Caldas da Rainha / Pontinha, passando por Óbidos /Alenquer / Vila Franca de Xira.
24.Abr.99	Lisboa	**Jantar convívio da A25A**.
25.Abr.99	Lisboa	Corrida da Liberdade - Pontinha / Restauradores; - Largo do Carmo / Restauradores; - Sampaio Pina / Restauradores; - F. Pereira de Melo / Restauradores; - Alexandre Herculano / Restauradores.
25.Abr.99	Lisboa	Desfile popular na Av. da Liberdade
10.Jun.99	Coimbra	Exposição e edição de livro "Os Militares de Abril e a Cultura" – a confirmar.
21.Out.99	Lisboa	Aniversário da A25A - **Inauguração**, *simbólica*, **da nova sede** da A25A, na R. da Misericórdia.

Nota: *para além destas, e da colaboração e apoio a inúmeras Autarquias, Escolas e Colectividades, muitas outras estão em preparação, nomeadamente edição de Livros, de CD-Rom, de um "site" na Internet, actividades culturais, exposições várias, debates, emissão de medalhas, cartaz, etc.*

A. G. – Comunicado

A Associação 25 de Abril reunida em Assembleia Geral Extraordinária, ao fazer o ponto de situação sobre as comemorações do 25.° aniversário do 25 de Abril, considerou necessário manifestar grande preocupação pelo atraso verificado na preparação das comemorações do Dia da Liberdade.

A demora referida, bem como as verbas de que se tem conhecimento, como disponíveis, levantam legítimas dúvidas quanto às condições que se apresentam para uma comemoração que se exige da maior dignidade.

Como acto fundador do regime democrático, o 25 de Abril exige que a comemoração das ***bodas de prata*** constitua não só um momento de festa, pela liberdade alcançada e consolidada nestes 25 anos, mas também uma activa jornada pedagógica, junto da juventude, que lhe permita fazer comparações entre o antes e o depois, no sentido de a ajudar a optar pelo melhor futuro.

Considera-se, também, que a passagem dos 25 anos de Liberdade em Portugal deve ser aproveitada para resolver as inúmeras situações de injustiça, de que muitos dos militares de Abril são ainda vítimas, precisamente como resultado do seu envolvimento no 25 de Abril e no período que se lhe seguiu, e onde foi possível construir os alicerces do Estado democrático.

A Associação 25 de Abril decidiu considerar o ano de 1999 como o ***Ano do 25 de Abril – Ano da Liberdade*** e propor aos órgãos de soberania, às autarquias, às entidades públicas e privadas, aos movimentos populares e associativos, às diversas instituições, às organizações de juventude e aos cidadãos em geral, a uma participação activa e militante nas comemorações das *bodas de prata* da Liberdade em Portugal.

25 anos depois do fim do fascismo em Portugal, é com enorme satisfação e algum orgulho que saudamos e felicitamos publicamente o nosso associado José Saramago, pela justa distinção que acaba de receber, transformando-se no primeiro escritor de língua portuguesa a ser galardoado com o prémio Nobel da Literatura.

S. Pedro do Estoril – 24 Nov 98

Com uma forte participação, colocou-se uma placa nas instalações da Colónia Balnear Infantil de O Século, pois a casa onde se reuniu em 73 está em ruínas (recebeu-se ali a boa nova de que irá ser recuperada, pela CM Cascais, e nela se desenvolverá uma actividade ligada ao 25 de Abril). A administração da Colónia, para além de nos abrir as suas portas, obsequiou-nos com um almoço convívio.

INTERVENÇÕES

Presidente da Colónia Balnear Infantil, Dr. Rodolfo Crespo

As crianças que acolhemos nesta Colónia Balnear são crianças carentes. Vêm de orfanatos e de meios onde lhes falta afecto, onde lhes falta porventura comida e conforto, mas são crianças a quem nunca faltou liberdade – nasceram depois do 25 de Abril. É difícil para elas imaginarem um mundo onde era proibido pensar e onde quem pensasse e quisesse exprimir o seu pensamento arriscava o exílio, a prisão e a repressão.

São crianças a quem nunca faltou liberdade – nasceram depois do 25 de Abril.

É bom pois que esta Colónia de "O Século" seja associada à comemoração da primeira reunião dos capitães que preparou a manhã libertadora do 25 de Abril. Porque a liberdade não é um dado adquirido e é preciso defendê-la. Esta placa comemorativa será o pretexto para essa pedagogia. É preciso lembrar todos os dias que um grupo de capitães se reuniu bem perto para nos oferecer a liberdade numa manhã radiosa de Abril, para que não sejam precisos mais 25 de Abril.

Mas é uma circunstância feliz também associar esta instituição a essa comemoração porque a liberdade também se defende dando-lhe um conteúdo de justiça social e de solidariedade. E aqui pratica-se a solidariedade há dezenas de anos. Quem nasceu pobre, no mais recôndito recanto deste país, sabe que pode enviar os seus filhos para esta Colónia que lhes oferecerá férias, praia e assistência a troco de nada. Solidariedade e justiça social são uma promessa do 25 de Abril ainda por cumprir totalmente e que há que continuar a cumprir. A placa comemorativa que hoje descerramos, por ficar aqui, fica a lembrar essa promessa e a necessidade de cada dia se fazer algo para lhe dar cumprimento.

Coronel Joaquim Alves Moreira

Senhores capitães de Abril.

Permitam-me que ao recordar aqui hoje, neste dia em que vamos à origem do 25 de Abril naquela reunião clandestina na ruína que hoje é a Quinta onde se realizou e fica aqui bem perto a umas dezenas de metros, lhes exprima o meu pensamento com a singeleza, a pureza e sobretudo a sinceridade das crianças que aqui acolhemos em duas palavras apenas – muito obrigado.

Tendo nós aqui comparecido para recordar a reunião realizada em Novembro de 1973 e que foi certamente de importância crucial para a realização da Revolução de 25 de Abril de 1974 permitam-me que recorde também em breves linhas a figura do militar que presidiu à mesma reunião, como oficial mais antigo, o tenente-coronel Luís Ataíde Banazol já falecido.

Privei com ele bastante tempo como 2.° Comandante do Batalhão que foi instruído em Évora com destino à Guiné e por isso tive ocasião de constatar as suas qualidades excepcionais de camaradagem, o seu entusiasmo na defesa dos ideais de liberdade, democracia e respeito pela vontade do povo, que mais tarde nortearam a revolução, qualidades essas que sobrelevaram largamente alguma precipitação com que por vezes actuou já em terras da Guiné, certamente levado por esse seu caracter impetuoso.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

O tenente-coronel Banazol era um romântico, condecorado com a cruz de guerra, cuja figura e palavra agradavam sobremaneira aos jovens oficiais e por isso, em boa hora, o convencemos em Évora a comparecer à tal reunião que se aproximava e se realizaria para os lados do Estoril. Sobretudo era necessário convencer a assistência de que deveriam relegar para segundo plano os assuntos que vinham sendo discutidos em reuniões anteriores e eleger a tomada do póder pela força como a única solução para os problemas do país.

Estava lançada a semente da revolução.

O Banazol tomou a palavra e, fazendo uso dos seus dotes oratórios dirigiu-se aos jovens oficiais presentes com tal entusiasmo que os galvanizou. Parece que ainda estou a ver as caras dos jovens capitães e tenentes pasmados de espanto. Nunca ninguém ousara falar daquela maneira.

Estava lançada a semente da revolução. Todos sabemos que ela era inevitável e poderia ter sido levada a cabo com estes intervenientes ou com outros, mas a História é obra, muitas vezes, de homens sonhadores, de entusiasmo sem limites, como era o caso do tenente-coronel Banazol. Julgo, pois, que a sua figura ficou para sempre ligada ao germe da revolução de 25 de Abril de 1974 e é com muita saudade que hoje o evocamos.

Muito obrigado.

Presidente da CM Cascais,
José Luís Judas

1 - Quero transmitir o orgulho que Cascais sente em fazer parte da "Rota da Liberdade". Assim designamos o percurso do movimento dos Capitães que levou ao 25 de Abril.

2 - Afinal este Concelho era, em 1973, um espelho do País. Aonde habitavam, conservadores e modernistas e não só conservadores como se propalava.

3 - Usei a palavra modernistas e não progressista porque entendo que foi com o 25 de Abril que Portugal iniciou o caminho da modernidade.

4 - É necessário dizê-lo agora. É necessário lembrar que não há modernidade sem liberdade, sem democracia, sem solidariedade, sem direitos humanos, sem progresso social e económico.

5 - A Rota da Liberdade já nos permitiu salvar o edifício em que se realizou a reunião que hoje comemoramos.

6 - Desconhecedores deste facto da História previa-se demolir o edifício onde se deu a reunião.

Agora irá ser recuperado. Nele se fixará um espaço dedicado ao 25 de Abril.

Estamos disponíveis para com a Associação 25 de Abril encontrar-mos o programa adequado.

7 - A Rota da Liberdade permite-me, também, prestar homenagem à família Fonseca Ribeiro e em particular a um dos seus membros que, acidentalmente, garantiu a segurança dos militares resistindo corajosamente às torturas da PIDE.

8 - A esta lembrança ocorre, homenagear todos os que resistiram à ditadura do fascismo. São heróis também do 25 de Abril.

Herói, heroína, corajoso ou corajosa é quem não abdica da sua dignidade mesmo quando isolado face ao poder, à força bruta.

Cobarde quem se esconde por detrás do poder, de força ou de leis injustas para humilhar ou aniquilar o desprotegido, o isolado, o mais fraco.

9 - Esta Rota da Liberdade permitiu-nos também, lembrar a figura do Sr. Tenente-Coronel Ataíde Banazol.

As testemunhas dessa reunião atesta-ram a importância galvanizadora do discurso do Sr. Ten. Coronel Ataíde Banazol para a mudança qualitativa do objectivo do movimento dos capitães.

Presto aqui homenagem à sua memória.

10 - Naquele dia 24 de Novembro de 1973 passou-se da justa reivindicação corporativa para o alto desígnio libertar uma nação.

11 - naquele dia o movimento tomou verdadeiramente o rumo da Rota da Liberdade.

Prezados e admirados amigos.

A C.M.C. programou um conjunto de iniciativas para integrar Cascais nas comemorações do 25.º Aniversário do 25 de Abril.

No próximo dia 5 de Março voltaremos a relembrar uma outra reunião realizada na Vila de Cascais.

A Rota da Liberdade já nos permitiu salvar o edifício em que se realizou a reunião que hoje comemoramos.

Desconhecedores deste facto da História previa-se demolir o edifício onde se deu a reunião.

Agora irá ser recuperado. Nele se fixará um espaço dedicado ao 25 de Abril.

Estamos disponíveis para com a Associação 25 de Abril encontrar-mos o programa adequado.

Queremos contribuir para ajudar a inverter a tendência para o ostracismo com que se foi caminhando, progressiva e intencionalmente, em relação aos militares de Abril.

Queremos contribuir para acabar com esta dissimulada cobardia em assumir o relevo que tiveram para a História do País os militares de Abril.

Não esqueceremos iniciativas nas escolas, os colóquios, os espectáculos evocativos.

Com estas iniciativas não pretendemos ser gratos. Apenas queremos ser justos.

Queremos contribuir para ajudar a inverter a tendência para o ostracismo com que se foi caminhando, progressiva e intencionalmente, em relação aos militares de Abril.

Queremos contribuir para acabar com esta dissimulada cobardia em assumir o relevo que tiveram para a História do País os militares de Abril.

Queremos contribuir para que os militares do 25 de Abril possam com as suas indiscutíveis capacidades organizadoras e técnicas, sua disponibilidade cívica, a sua enorme integridade moral para, **como simples cidadãos e não mais**, contribuírem para o processo de desenvolvimento do nosso País, donde têm sido afastados quer no plano militar quer na sociedade dita civil.

Eu sei que hoje a integridade assusta. É temível. É mesmo anti-sistema.

Queremos contribuir para clarificar perante as gerações mais novas o que são os valores da Liberdade, de Democracia, de Solidariedade, de Justiça.

VIVA O 25 de Abril!

Presidente da Direcção da A25A,
Ten. Cor. vasco Lourenço

Comemoramos as bodas de prata de uma reunião que estava destinada a desempenhar papel importante na caminhada que nos levaria ao 25 de Abril e à reconquista da liberdade.

Reunião que se realizou num momento particularmente sensível da vida do Movimento dos Capitães, quando se atravessou uma fase de clarificação que provocou rupturas, mas nos permitiu prosseguir com mais segurança.

Refiro-me à única cisão que o Movimento sofreu durante a conspiração,

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

em consequência de uma tentativa do *poder* para nos controlar por dentro, através de alguns conspiradores.

Nascido há menos de três meses, o Movimento dava passos titubeantes, procurando consolidar posições, ao mesmo tempo que tentava alargar o seu espaço de acção. Foi então que fomos confrontados com a proposta de dar um cheque em branco ao governo, pois ele iria resolver os nossos problemas corporativos e profissionais. Proposta que nos forçou a uma clarificação, que passou pela auto-suspensão da actividade da comissão coordenadora provisória, saída da reunião de Alcáçovas em 9 de Setembro.

Uma tentativa do *poder* para nos controlar por dentro, através de alguns conspiradores.

E provocou a marcação de uma reunião alargada, para eleger uma comissão coordenadora definitiva e decidir sobre o rumo a seguir. No entanto, dada a grande importância desta reunião, havia que prepará-la bem, para o que se marcou uma outra, com delegados que cobrissem todo o Exército.

Foi com essa intenção que procurámos que alguém nos disponibilizasse uma casa onde pudessem reunir-se cerca de 50 pessoas.

Apareceu então o capitão Bismarck a informar-nos que conseguira uma casa junto à Colónia Balnear Infantil *O Século*.

Aqui fica o nosso agradecimento público ao Bismarck, pela sua acção de então.

Ao senhor administrador da colónia balnear infantil, senhor dr. Rodolfo Crespo, os nossos agradecimentos por, passados 25 anos nos abrir as suas portas para aqui recordarmos.

Não me recordo se foi o Bismarck ou outra pessoa que pôs a correr que a casa onde iríamos reunir era a do guarda das instalações da colónia balnear. O facto é que essa foi a versão que fez história e chegou até hoje, apenas desfeita quando da preparação desta evocação.

Por isso, só hoje podemos agradecer publicamente a José Manuel Fonseca Ribeiro que, consciente dos perigos que corria, aceitou ajudar-nos e nos permitiu reunir no casarão da Cerca de S. Pedro, paredes meias com a referida colónia balnear.

José Manuel Fonseca Ribeiro consciente dos perigos que corria, aceitou ajudar-nos.

Bem haja, pela coragem e pelo patriotismo de que então deu prova!

Não lhe pudemos fazer este agradecimento em vida, mas, 25 anos depois, aqui estamos a recordá-lo e a agradecer-lhe, nas pessoas de sua mulher e seus filhos, aqui presentes.

Gostaríamos também agradecer a sua irmã, Maria da Fonseca Ribeiro, a coragem que a levou, sem fazer ideia de que aqui estávamos reunidos, a resistir às torturas da PIDE / DGS, não denunciando a existência desta casa como local onde escondera algum material da luta antifascista. Não o podendo fazer pessoalmente, porque a sua vida lhe não permitiu aqui estar connosco, pedimos aos seus familiares aqui presentes, irmãos, cunhados e sobrinhos, que lhe transmitam o nosso agradecimento.

Maria da Fonseca Ribeiro, a coragem que a levou a resistir às torturas da PIDE / DGS.

Para juntar ao que, sem o sabermos, lhe fizemos em 27 de Abril, quando a libertámos de Caxias.

Voltando à reunião de há 25 anos, recordemos que ela foi bem mais importante do que à partida supunhamos, porque nela participou o ten. Coronel Luís Banazol.

Com efeito, tacteando o caminho, segredando, com algum receio ou com algum desenvolto descaramento, a hipótese de avançar para o derrube do regime, não conseguíamos afastar-nos do enredo de uma luta de mais ou menos papéis. Recordo que, tendo já discutido formalmente a hipótese de um golpe de força, numa importante reunião em 6 de Outubro, ela fora afastada liminarmente.

Sem a acção do Luís Banazol teria sido bem mais difícil chegar ao 25 de Abril e à libertação de Portugal!

Foi aí que, decidido e corajoso, na reunião que aqui evocamos, aparece o Luís Banazol a afirmar que *isto não vai lá com papéis! O governo só cai à força! E nós é que temos a força necessária! Por isso, nada de hesitações! Revolução já!*

Aparece o Luís Banazol a afirmar que *isto não vai lá com papéis! O governo só cai à força! E nós é que temos a força necessária! Por isso, nada de hesitações! Revolução já!*

O aviso da presença de uma bomba, ou a chegada da Pide ao local, dificilmente teriam provocado maior efeito que a intervenção deste militar de Abril. Foi como se os seus galões de ten. Coronel tivessem dissipado todas as dúvidas, todos os receios, todas as hesitações. Fortemente aplaudido, como se não estivéssemos numa reunião clandestina, foi com alguma dificuldade que se conseguiu serenar os ânimos, acalmar o entusiasmo. E as poucas intervenções mais cautelosas não obtiveram qualquer aceitação.

Foi já sob uma contida excitação que se aprovou a agenda para a reunião marcada para dali a 8 dias, em Óbidos. Agenda que os presentes levaram a todas as unidades do Exército, promovendo a sua discussão e preparando as respostas a fornecer na que viria a ser uma das principais reuniões conspirativas.

Ao Luís Banazol, cuja evocação o seu então 2.º comandante Alves Moreira já aqui fez, a homenagem dos camaradas que ele ajudou a enfrentar a realidade e que nem sempre o compreenderam. Teve, no entanto, sempre quem o respeitasse, o compreendesse e o estimasse.

Quer se queira ou não, quer se concorde ou não, não tenhamos dúvidas: sem a acção do Luís Banazol teria sido bem mais difícil chegar ao 25 de Abril e à libertação de Portugal!

Foi uma jornada difícil, onde tivemos de enfrentar, mas soubemos vencer, as enormes dificuldades criadas pelo poder militar, pelo poder político, pela PIDE / DGS.

Fizemo-lo sem pensar em interesses, lutámos por valores e ideais. Luta que, apesar de tudo, terá sido menos difícil do que a que tivemos, mais tarde, que enfrentar junto do poder político democrático. Isto, porque nunca poderíamos aceitar nem admitir as muitas desconsiderações e injustiças de que temos sido alvo e que resultaram mesmo na destruição da carreira profissional de muitos. E, por muito próprio que seja destas vidas, por muito natural que seja as revoluções engolirem os seus autores, não deixa de ser lamentável.

Apesar de tudo, continuamos a considerar que *valeu a pena*. A nós, militares de Abril, chega-nos o sentimento e o orgulho de termos sido intervenientes primeiros na libertação de Portugal e dos portugueses, da tirania e da opressão.

À Câmara Municipal de Cascais e a V. Ex.ª senhor presidente José Luís Judas, o nosso agradecimento por nos ter permitido esta evocação, num local histórico, que esperamos seja preservado. A homenagem que nos prestaram, aceitamo-la com a mesma naturalidade com que há 25 anos aqui viemos. Hoje, orgulhosos e honrados pelo nosso passado de patriotas. E, ainda que algo desiludidos, satisfeitos por verificar que o Portugal de Abril continua livre e democrático, com condições para alcançar um futuro melhor.

Óbidos – 01 Dez 98

Com um alargado programa, da responsabilidade da CM Óbidos, teve uma participação alargada e foi presidida pelo Sr. Presidente da República.

Para além do programa que se transcreve, os militares de Abril foram convidados para um almoço convívio

14.30 H Apresentação da „Medalha Comemorativa da autoria do Escultor José Aurélio no Solar da Praça de Santa Maria (sala contígua à sala do almoço).

15 H Descerrar da placa escultórica comemorativa, da autoria do Escultor Óscar Guimarães, no Átrio da Casa da Música. Hino Nacional tocado pela Banda da Sociedade Musical e Recreativa Obidense.

15.15 H Sessão Solene, com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, do Senhor Tenente Coronel Vasco Lourenço, da Associação 25 de Abril e de Sua Excelência o Senhor Presidente da República no Auditório Municipal da Casa da Música.

16 H "Fadas de Abril"
Visita à exposição de fotografia sobre o 25 de Abril.
Lançamento da 1ª edição, revista e aumentada, do livro "Sete Poemas a Carlos Paredes", do Prof. Carlos Carranca, com ilustrações de Zigueireda Sobral.
Apresentação do Prof. José Henrique Dias, com pequeno apontamento musical com Jorge Machado (piano), João Alvarez (guitarra) e Pedro Bibau (viola).
Homenagem, em canto, a Salgueiro Maia na Galeria Municipal da Casa da Música.

INTERVENÇÕES

Presidente da CM Óbidos,
José António Pereira Júnior

As minhas primeiras palavras são de agradecimento e gratidão pela presença de V. Exas.. Permitam-me contudo, que distinga e saliente o quanto me honra a presença do mais Alto Magistrado da Nação, Sua Excelência o Senhor Presidente da República e de todos os Portugueses.

Os meus agradecimentos são igualmente extensivos ao Exmo. Senhor Governador Civil do Distrito de Leiria e com especial relevo aos **Capitães de Abril**, aqui fortemente representados, neste dia duplamente especial para Portugal e apesar do simbolismo de 1640, revivendo este dia 1 de Dezembro de 1973, onde nesta mesma sala, teve lugar a reunião clandestina de Óbidos, dos **Capitães de Abril** e a partir da qual se desenhou todo o processo revolucionário que eclodiu na manhã do dia 25 de Abril de 1974.

Vinte cinco anos volvidos eis que Óbidos cumpre mais uma vez a história, acolhendo não só os **Capitães de Abril**, mas também, para além deles e com eles a honra do Supremo Magistrado da Nação para cumprir Abril e homenagear os seus artífices.

A Óbidos bastaria esta honraria para se sentir orgulhosa. Mas Óbidos é já uma referência histórica de indelével significado e conjuntamente com outras Vilas e Cidades, foi percursora da liberdade devolvida.

Com efeito, o 25 de Abril estabeleceu a ponte entre o Portugal de então e aquele que viria a suceder após Abril.

Necessariamente que o 25 de Abril, terá, várias leituras. Para alguns, foi sem dúvida, uma catástrofe. Para outros foi e é hoje um projecto de sucesso. Para muitos é ainda, um sinal de esperança e essencialmente um espaço de realização.

Com a passagem do tempo, os *Velhos do Restelo* reconheceram as virtualidades da revolução e as transformações positivas que foram possíveis operar num País sem estruturas básicas fundamentais, na cauda da Europa, com uma estrutura económica debilitada, uma herança ultramarina pesada sem solução à vista, uma mentalidade fechada e oprimida que correou toda a nossa estrutura social, suportada por uma ditadura marcada pela inépcia e o triste cenário de um país em guerra, incapaz de resolver a contento os seus problemas.

Histórica madrugada de Abril que, sem resolver a imensidão dos nossos problemas, permitiu-nos voltar a ser nós próprios

A tudo isto assistimos obrigatoriamente serenos até à histórica madrugada de Abril que, sem resolver a imensidão dos nossos problemas, permitiu-nos voltar a ser nós próprios com orgulho e a esperança de que todos retenham e ainda conservem o Espírito de Abril.

A terminar, não posso deixar de, uma vez mais, agradecer a presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da República e de todos nós, pedindo para os **Capitães de Abril** uma salva de palmas.

Presidente da Direcção da A25A,
Ten. Cor. Vasco Lourenço

Há precisamente 25 anos, reuniamo-nos aqui, vindos de todo o país, cerca de 180 oficiais do Exército, em representação de quase cinco centenas dos que então prestavam serviço nas diversas unidades da Metrópole.

Atravessávamos então uma das fases mais complicadas da nossa conspiração. Nascido há menos de três meses, o Movimento dos Capitaes acabava de ultrapassar a sua primeira cisão. Realizámos esta reunião quando estávamos a ser assediados pelos ultra conservadores que consideravam Marcelo Caetano fraco de mais, temiam pelo regime e, autênticos falcões, pretendiam reforçar a componente belicista da ditadura. Dois dos capitães não puderam estar aqui há 25 anos, porque estavam no segundo encontro do que ficaria para a história como a *kaúlzada*. Seria, aliás, necessário um terceiro encontro, quinze dias depois, para juntar todos os elementos que nos permitiriam denunciar publicamente e fazer abortar essa tentativa radical de direita.

Foi, portanto, num ambiente de pós ruptura e clarificação, de necessidade de decisões de fundo quanto ao futuro, que aqui nos encontrámos.

Importa recordar que foi a existência de uma forte componente do Movimento no Regimento de Infantaria 5, sediado na vizinha cidade de Caldas da Rainha, que possibilitou e provocou a nossa vinda a esta bela vila de Óbidos. Que assim se tornou ainda mais histórica.

Recordo que este local nos foi conseguido por um obidense, que prestava serviço naquela unidade militar como cabo miliciano e viria a sofrer as consequências da sua atitude. Com efeito, os responsáveis

Este local nos foi conseguido por um obidense, que prestava serviço como cabo miliciano e viria a sofrer as consequências da sua atitude. Obrigado, caro Octávio Pinto!

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

militares, sem coragem para enfrentar os capitães conspiradores, actuaram onde lhes era mais fácil. Obrigado, caro Octávio Pinto! Sei que não está arrependido, apesar de então ter sido transferido para Angra do Heroísmo e daí só ter regressado depois do 25 de Abril. Mais uma vez, os nossos agradecimentos por nos ter ajudado na caminhada para a libertação de Portugal.

Voltando à reunião plenária de há 25 anos, recordemos a intensidade da discussão que já se gerara na reunião de S. Pedro do Estoril, oito dias antes, e que aqui se repetiria com nova intervenção do tenente coronel Luís Banazol. Ao repetir, ainda mais acalorada e apaixonadamente, a sua tese da "Revolução já" a que acrescentou a sua resposta à questão de "e depois?" com a apresentação de um plano de natureza política, esse militar de Abril voltou a entusiasmar os participantes e a gerar um clima de grande exaltação. Onde a ausência de surpresa foi compensada por uma maior participação e pela necessidade de obter respostas concretas para as questões que aqui se discutiram e votaram. Ao Luís Banazol, infelizmente já não podemos saudá-lo pessoalmente. Fazemo-lo através de seu filho, também Luís Banazol e também militar de Abril, aqui presente. Um grande abraço, caro Luís!

Contrariamente aos seus desejos, a proposta de "golpe de força imediato" não foi aprovada, ainda que por pequena margem, mas, para quem estivesse atento, era evidente que a semente já germinara e estava prestes a dar fruto. Saímos daqui, desta acolhedora vila de Óbidos, com a certeza de que o processo já era imparável. Como igualmente se saiu daqui com a decisão de quem seriam os homens que iriam conduzir esse processo.

Saímos daqui com a certeza de que o processo já era imparável.

Hoje poderá parecer que tudo foi fácil. Talvez por isso alguns não consigam perceber o que nós, que aqui estivemos há 25 anos, sentimos ao recordar essa longínqua jornada. Fazemo-lo com alguma nostalgia, é certo, sempre própria de quem revive momentos felizes, mesmo que conturbados. Mas fazemo-lo também com muita emoção, satisfação e orgulho. É que, ao fazê-lo, recordamos toda a caminhada que aqui nos trouxe e que nos levaria ao 25 de Abril, à libertação de Portugal e dos portugueses, da tirania e da opressão.

Nos levaria ao **acto fundador do regime democrático em Portugal**.

E, ao olhar para trás, ao relembrar todas as dificuldades e perigos que tivemos de encarar e ultrapassar, todos os inimigos que tivemos de enfrentar e vencer, seja o poder militar, seja o poder político e seus esbirros, ao olhar para tudo isso, repito, sentimo-nos recompensados por termos contribuído para um novo Portugal. Um Portugal em liberdade, em paz, com democracia, inserido na comunidade internacional, formado por cidadãos livres, donos do seu próprio destino.

Fizemo-lo de forma consciente e decidida. Não o fizemos por capricho, nem por aventura. Apresentámos ao país um programa político, assumimos compromissos e cumprimo-los. Fizemo-lo sem pensar em interesses, lutámos por valores e ideais. Por isso, nos sentimos realizados, relegando mesmo para segundo lugar as muitas desconsiderações e injustiças de que temos sido alvo e que até provocaram a destruição da carreira profissional de muitos.

Continuamos fiéis aos ideais de Abril, procurando ser exemplo de desprendimento, de alguém que consegue colocar os interesses colectivos acima dos individuais.

Fomos os autores materiais do derrube do regime fascista e colonialista. Mas, desde o início, afirmámos que o 25 de Abril é de todos os portugueses. Não pretendemos, nunca o pretendemos, ser proprietários do 25 de Abril. Como, igualmente, porque entendemos ter legitimidade para isso, não permitiremos que outros procurem assumir-se como únicos intérpretes e herdeiros dessa gesta gloriosa.

Por isso, procurámos já há bastante tempo transmitir o testemunho aos mais jovens.

Estamos a comemorar as bodas de prata da libertação.

Hoje, aqui, com a presença de representantes do poder e das oposições (quase todas), o que muito nos honra, pela evidência democrática do 25 de Abril.

Não pretendemos, nunca o pretendemos, ser proprietários do 25 de Abril.

Muito naturalmente, irão ter lugar outras evocações semelhantes à que aqui vivemos hoje. Como já referi, é sempre gratificante e agradável recordar as coisas boas. Por isso, os nossos agradecimentos à Câmara Municipal de Óbidos, representante de uma das principais conquistas do 25 de Abril, o poder autárquico democrático, por nos ter permitido esta evocação, neste local histórico tão bem preservado e ao serviço da comunidade. Viemos aqui com a mesma vontade e a mesma naturalidade de há 25 anos. Hoje, orgulhosos e honrados pelo nosso passado de patriotas, confiantes em que Portugal continuará a construir Abril.

Mas, não devendo nem podendo circunscrever as comemorações aos actos evocativos, os militares de Abril estão interessados e disponíveis em colaborar e participar nas restantes actividades comemorativas, onde, para que as mesmas sejam dignas, se impõe que a população em geral e a juventude em particular tenham um papel fundamental.

A Vossa Excelência, senhor Presidente da República, os nossos agradecimentos por nos honrar com a sua presença e a sua companhia.

Agradecimentos reforçados pela convicção de que Vossa Excelência, como homem de Abril, saberá ajudar a encontrar as melhores soluções para que a juventude viva cada vez mais o 25 de Abril, assumindo-o como o seu futuro, como o futuro de Portugal.

Presidente da República,
Dr. Jorge Sampaio

As minhas primeiras palavras são dirigidas à Câmara Municipal de Óbidos a quem quero testemunhar o prazer com que me encontro hoje aqui.

Esta iniciativa que une autarquia e militares de Abril, tem um carácter marcadamente simbólico e creio que serve quer para prestar uma homenagem aqueles que fizeram a Revolução dos Cravos, quer para sublinhar a importância de que se revestiu para o desenvolvimento de Portugal a possibilidade de dispor de órgãos de poder local eleitos directamente pelas populações.

Não é este, naturalmente, o momento de fazer um balanço sistemático do contributo dado pelo gesto generoso destes militares para a liberdade e o progresso do país. Mas

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

eu não podia deixar de fazer esta referência à importância do poder autárquico democrático porque ele representou, sem dúvida, uma das mudanças maiores ocorridas em Portugal.

Minhas Senhoras e meus senhores,

São tão diversos os sentimentos envolvidos que eu não sei confessar-vos o que é que recordo mais. Se o desafio permanente e as vicissitudes constantes dos 15 anos que vivi de oposição à ditadura, se a emoção inesquecível do 25 de Abril.

No fundo, uma coisa não é separável da outra. Nem os sentimentos de que guardo memória sobre ambas as vivências são hoje independentes uns dos outros.

O que recordo desses meus 15 anos de oposição à ditadura é hoje visto à luz do 25 de Abril e o que recordo das emoções do 25 de Abril está para sempre marcado por esses anos de luta. Orgulho-me de ter combatido a ditadura.

Orgulho-me de ter combatido a ditadura.

A vossa coragem devolveu ao país a dignidade nacional, diminuída pelo regime autoritário, e o lugar de Portugal no Mundo contemporâneo, de que nos encontrávamos isolados pela política colonial. E esse orgulho maior que então todos nós sentimos só o vosso gesto de coragem tornou possível.

Era de uma revolução de que tudo dependia afinal. A vossa mudou a nossa história contemporânea e assegurou a Portugal e a cinco outros países africanos o futuro que de outra forma lhes estava negado.

Era de uma revolução de que tudo dependia afinal.

Que homenagem vos posso eu prestar que o povo português não tenha já prestado? Confesso que não sei. Sei apenas que tenho pena de não poder saber o que representa ter feito o 25 de Abril, arriscando destino e vida.

Tenho pena de não poder saber o que representa ter feito o 25 de Abril, arriscando destino e vida.

Vinte e cinco anos depois as palavras parecem insuficientes para evocar as emoções e os gestos pequenos para esboçar a gratidão.

Vinte e cinco anos depois, tudo parece distante e disperso, perdido na diversidade dos sentidos que a revolução tomou. Mas esses muitos caminhos e a forma como eles foram resolvidos são uma das maiores virtudes dos militares que fizeram o 25 de Abril. Não é saudável olhar para trás através dos olhos que julgam cada um e todos os percursos que se abriram nesse dia.

Hoje é preciso olhar para trás e ver não só a coragem desse dia, e a beleza de uma revolução imediatamente adoptada pelo povo português, mas também, e não sei se deva dizer sobretudo, a determinação com que os militares garantiram a transição de um poder militar a um poder legitimado pelo sufrágio popular. Exemplo que marcou tantas transições democráticas que se lhe seguiram.

Fotografia de Valter Vinagre

São muitas as leituras sobre o processo político iniciado a 25 de Abril e continuarão sempre a ser muitas. Ainda bem. Mas por muito grande que seja o leque de perspectivas com que se abordem os acontecimentos nada, mas mesmo nada, diminuirá a importância e a grandeza dessa Revolução.

É em torno desse facto irrefutável que se reune hoje um amplo consenso nacional para celebrar com dignidade e modernidade o 25.° aniversário do 25 de Abril.

Estas comemorações são mais uma homenagem que o país presta ao conjunto dos militares que pôs fim a 48 anos de ditadura. Mas são também, talvez, a última oportunidade que vocês que fizeram o 25 de Abril e todos nós que o queremos comemorar, de, em conjunto, encontrar novas condições de passar o testemunho da memória às novas gerações.

Para nós estas comemorações significam muitíssimo. Quer no plano afectivo. Quer no plano político. Quer no plano institucional.

Mas, temos de reconhecê-lo, dizem menos, quase pouco, às novas gerações. Aquelas que não viveram a oposição ao Estado Novo. Que não viveram o 25 de Abril. Que não viveram os difíceis anos de consolidação do regime.

Parece-me, por isso, que estas comemorações são o momento de fazer a ponte entre duas gerações. Não apenas a ponte da memória dos factos, mas principalmente a dos valores que esses factos permitiram que se afirmassem como dominantes em Portugal.

Estas comemorações são o momento de fazer a ponte entre duas gerações.

Julgo que a participação da Associação 25 de Abril numa Comissão de Honra, composta por todos os órgãos de soberania, partidos políticos e anteriores Presidentes e por mim presidida, com a tarefa de conceber o programa das Comemorações deste 25.° aniversário, assegura a conjugação de todos os esforços necessários ao sucesso desta iniciativa.

Os militares garantiram a transição de um poder militar a um poder legitimado pelo sufrágio popular.

Creio que todos darão o melhor de si próprios, porque essa é a única forma de prestar uma homenagem sentida e sincera aqueles que deram o melhor de si mesmos para permitir que se vivesse em Liberdade e em Democracia em Portugal.

Portugal não esquece o vosso gesto dedicado. Nem nunca o pode esquecer.

Homenagem sentida e sincera aqueles que deram o melhor de si mesmos para permitir que se vivesse em Liberdade e em Democracia em Portugal.

Costa da Caparica – 05 Dez 98

Com uma razoável participação. A família Ribeiro da Silva, proprietária da casa onde em 73 nos reunimos, convidou os presentes para um "Porto de honra".

INTERVENÇÕES

Ten. Cor. Vítor Alves

Há 25 anos, em Dezembro, já o Movimento dos Capitães ultrapassara a sua primeira fase, de cariz e objectivos corporativistas.

Fase necessária, direi mesmo indispensável, sem a qual teria sido impossível o congregar de tantos esforços.

Ela envolveu variadíssimos contactos e reuniões, das quais destaco as de Évora em 9 de Setembro, as de 6 de Outubro, a de S. Pedro do Estoril em 24 de Novembro, e a mais importante, até à data, a de Óbidos em 1 de Dezembro.

Parecia na altura, a alguns mais impacientes, uma eternidade. Mas se repararmos bem, tudo se estava a passar num período que não excedia os 3 meses.

Em Óbidos tomar-se-iam quatro decisões fulcrais para o futuro desenrolar do processo:

1.° - A estratégia a desenvolver .
"Utilização de reivindicações exclusivamente militares, como forma de alcançar o prestígio das Forças Armadas e de pressão sobre o Governo, com vista a levar esse mesmo Governo a legitimar-se perante a Nação, através de eleições livres, devidamente fiscalizadas pelo Exército, precedidas de um referendo sobre a política ultramarina".

2.° - A coordenação do Movimento.
Eleita uma Comissão Coordenadora Executiva composta por 19 elementos do Exército;

3.° - Universo envolvido.
Alargar o Movimento a todas as Forças Armadas;

4.° - Chefes.
Contactar os Generais Costa Gomes e Spínola.

É assim, com este pano de fundo e esta autêntica carta de missão que em 5 de Dezembro, hoje, mas há 25 anos, se reune

neste local, pela primeira vez, a nova Comissão Coordenadora e Executiva.

A esta reunião estiveram presentes além dos elementos do Comissão, mais camaradas, alguns vindos do Norte. Fez a sua primeira aparição no Movimento, o coronel Vasco Gonçalves.

Discutiram-se e aprovaram-se formas de dar corpo à estratégia definida em Óbidos. No entanto não se considerou o assunto encerrado, dado que estando prevista para o dia 9 uma reunião com elementos dos outros Ramos, se aguardaria pelo seu contributo.

Foi decidido, por uma questão de operacionalidade, criar sub-comissões encarregadas de diversas actividades: sub-comissão de ligação aos outros Ramos das Forças Armadas; sub-comisão de ligação na Metrópole e Ultramar aos camaradas do Exército; sub-comissão do Estudo da Situação; sub-comissão de recolha de opinião e sub-comissão do secretariado.

Finalmente, foi eleita uma Direcção, formada por um elemento de cada uma das três sub-comissões fundamentais, que passaria a assumir, a responsabilidade de decisões a tomar em situações emergentes.

Esta reunião representou o verdadeiro início da organização do Movimento. Mas não foi mais do que um degrau da escada, que subida em menos de um ano, nos conduziria primeiro à liberdade e depois à democracia.

A Direcção ficou assim composta, por ordem de antiguidade: Major Vítor Alves, Major Otelo, Capitão Vasco Lourenço.

O futuro viria a dar razão à criação de este pequeno orgão cimeiro com capacidade de decisão, que infelizmente perderia antes do 16 de Março a importante colaboração de Vasco Lourenço, colocado compulsivamente nos Açores.

A importância desta reunião só pode ser avaliada quando vista integrada no conjunto de todas as outras. Ela representou o verdadeiro início da organização do Movimento. Mas não foi mais do que um degrau da escada, que subida em menos de um ano, nos conduziria primeiro à liberdade e depois à democracia.

Meus Amigos,

Em nome dos capitães de Abril, permitam-me alguns agradecimentos.

À Autarquia de Almada, na pessoa da senhora Presidente da Câmara pela disponibilidade e empenho postos na preparação e execução de este acto comemorativo. Bem haja.

À família Ribeiro da Silva, meus amigos de há longa data, nas pessoas de Wanda e Vera Ribeiro da Silva, actuais proprietários da casa onde se realizou a reunião que agora recordamos, um muito obrigado por terem autorizado, a colocação da lápide que perpetuará o acontecimento.

Ao Sr. João Ribeiro da Silva, que nos facultou este local, ao tempo seu, e que na altura me dizia: "Meu filho, não me digas

(Continuação da página anterior)

quem lá vai estar, porque se me prenderem, eu só poderei dizer que costumo emprestar-vos, a ti e tua mulher a casa, de vez em quando" – ao Sr. Ribeiro da Silva dizia – memória e testumunha activa da grande luta pela liberdade e pela democracia, o muito obrigado dos capitães de Abril.

Viva o 25 de Abril,

Viva Portugal.

Presidente da C.M. Almada,
Maria Emília de Sousa

É um grande privilégio para mim, poder representar o Povo de Almada nesta cerimónia de Homenagem aos Capitães de Abril, no âmbito do Programa de Comemorações que hoje mesmo iniciámos para celebrar o 25.° Aniversário da Revolução dos Cravos, neste Concelho de Resistência e Liberdade.

Faço-o de uma forma sentida e emocionada como o fez o Tenente Coronel Victor Alves, há pouco, na sua intervenção, deixando-nos perceber a sua emoção contida.

Quero, também nesta oportunidade, agradecer aos Capitães de Abril, aos Militares de Abril, tudo quanto nos deram, e quero também recordar que a Aliança do Povo com as Forças Armadas estava já a germinar, neste mesmo local onde hoje nos encontramos para assinalar o 25.° Aniversário da 1.ª Reunião da Comissão Coordenadora Eleita do Movimento dos Capitães, realizada no dia 5 de Dezembro de 1973, quando os proprietários (aqui presentes) disponibilizaram a sua casa para aquela reunião clandestina de militares se poder realizar.

Os Homens e Mulheres sem sono ainda existem neste país. Vocês, Capitães de Abril, deram-nos o toque de partida. Nós, sempre convosco ao nosso lado, porque vocês existem e existirão sempre por tudo quanto representam, continuamos e continuaremos a fazer tudo para recuperar do atraso que nos foi deixado por esse tempo de obscurantismo, esse tempo de miséria, esse tempo em que não tínhamos acesso a nada, nem à saúde, nem à cultura, nem ao desporto, nem mesmo aos bens mais elementares – à água, à electricidade, ao saneamento básico. A todas estas dificuldades que herdámos do passado, estamos a responder, e continuaremos a responder, através de um gigantesco trabalho, enfrentando-as e combatendo-as, sem descanso.

Os Homens e Mulheres sem sono ainda existem neste país. Vocês, Capitães de Abril, deram-nos o toque de partida.

O Poder Local Democrático, uma das principais conquistas do 25 de Abril, aí está como afirmação concreta da vossa razão, da justeza da vossa decisão de partirem para a grande batalha vitoriosa. As grandes transformações, que pela mão do Poder Local Democrático, com as populações e ao lado delas, dos seus interesses, direitos e anseios, vão acontecendo, de norte a sul do nosso País, são a grande e mais significativa homenagem que, quotidianamente, o Povo Português está e continuará a fazer, nos quatro cantos de Portugal, aos Capitães de Abril que o libertaram da opressão e da ditadura.

Bem hajam Capitães de Abril!

Bem hajam Homens de Abril por aquilo que nos deram – a Liberdade!

EDIÇÃO EXCLUSIVA DA A25A

A A25A decidiu aceitar a proposta do escultor Ricardo Gigante para a promoção da peça em mármore "Cravo Capitão".

Trata-se de uma peça esculpida à mão que faz de cada "Cravo Capitão" um "exemplar único", já que, embora muito semelhantes, nenhuma peça é igual à outra. Por outro lado, a A25A garantiu a exclusividade única da venda da referida peça e a um preço, para os seus sócios, significativamente abaixo do mercado tradicional para esculturas em mármore.

Esperamos proporcionar, assim, a oportunidade dos sócios adquirirem, sem grande esforço financeiro, um símbolo em material nobre da Revoluçãom dos Cravos.

Título - *"Cravo Capitão"*
Escultor - Ricardo Gigante
Material - Mármore Alentejano (Estremoz)
Dimensões - 20 x 11 x 3 cm
Preço - 40.000$00 (só para sócios)
Pagamento - Até 8 prestações mensais de 5.000$00
Prazo de entrega - Até 30 dias após a data de encomenda acompanhada do pagamento da 1.ª prestação.

Obs.: As encomendas devem ser feitas directamente à Associação 25 de Abril

CONCURSO FOTOGRÁFICO

A Escola Secundária de Gil Vicente promove um Concurso Nacional de Fotografia "A Liberdade", aberto a todos os interessados até ao dia 19 de Março de 99

Se estiver interessado em participar neste evento comemorativo dos 25 anos do 25 de Abril, contacte a A25A, onde poderá inteirar-se do regulamento.

DELEGAÇÃO NORTE

OFERTAS À ASSOCIACÃO:

• Oferta de vários jornais datados, alguns de 1974, pelo Sr. José Gameiro Bernardo, morador na Rua da Guarda, 913 - 4460 Perafita Matosinhos

• Oferta feita pelo sócio Dr. João Magalhães de um livro "Journal de la Commune Étudiante" de Alain Schnapp e Pierre Vidal-Naquet

• Oferta feita pela C. M. de Matosinhos, de um livro sobre as Conferências de Matosinhos, intitulado "O 25 de Abril e o Portugal de Hoje" de Melo Antunes.

CONVITES E REPRESENTAÇÕES

• Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, Conferência "Museu Militar do Porto - Um espaço com memória", com a Dr.ª Cristina Loureiro no dia 01 de Outubro de 1998.

• Câmara Municipal do Porto, sessão de homenagem ao Livreiro Fernando Fernandes, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no dia 2 de Outubro de 1998.

• Câmara Municipal do Porto, Sessão Solene comemorativa do 2.° Centenário do Nascimento de D. Pedro IV, dia 12 de Outubro de 1998.

• Câmara Municipal do Porto, Sessão Solene de Imposição da Medalha Municipal de Mérito - Grau de Ouro ao Escritor José Saramago, Salão Nobre dos Paços do Concelho, dia 16 de Outubro de 1998. (Representação feita pelo Presidente da Delegação)

• Câmara Municipal do Porto, Sessão Solene de Boas-Vindas a Sua Excelência o Presidente da Câmara de Roterdão, Salão Nobre dos Paços do Concelho, dia 19 de Outubro de 1998. (Representação feita pelo Vogal Manuel Vitorino)

• Associação Portugal Plural, inauguração da sede no Porto, dia 19 de Outubro de 1998.

• Editorial Caminho, apresentação do livro "As regiões administrativas, democracia e desenvolvimento", na sede da Associação Portugal Plural, dia 26 de Outubro de 1998.

• D.O.R.P. do P.C.P., "A Educação, a Saúde, a Cultura e as Novas Regiões Administrativas", com a participação de Carlos Carvalhas, na Casa Taiti, dia 28 de Outubro de 1998. (Representação feita pelo Presidente da Delegação)

• Editorial Notícias e Círculo de Leitores, Sessão de Lançamento do Livro "Costa Gomes - O Último marechal" de Maria Manuela Cruzeiro, Sala de Conferências do Edifício Círculo em Lisboa, dia 3 de Novembro de 1998.

• Encontro de reflexão e debate "Não, A ESTA REGIONALIZAÇÃO", com a participação de Ludgero Marques, Durão Barroso e Alfredo Barroso, na Fundação Cupertino Miranda, no dia 3 de Novembro de 1998.

• Colóquio Comemorativo do Nascimento de Teixeira de Pascoaes, no dia 15 de Novembro de 1998, a partir das 9.30 horas no salão nobre da Câmara Municipal da Amarante.

• Convite das Edições Afrontamento, para o lançamento dos livros, "A Água do Nome" de J. Alberto de Oliveira, "Geórgias" de Fernando Echevarria, "Obra Poética" de Armando Silva Carvalho a realizar no dia 19 de Novembro, pelas 21.45 horas no pequeno auditório do Teatro Rivoli.

• Convite da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, para a inauguração da exposição "Ferro e Muralha" e para assistir à conferência "Vasco da Gama, e o Homem Feito" proferida pelo Prof. Doutor Aurélio de Oliveira no dia 26 de Novembro, pelas 15.00 horas.

• Convite feito pela Junta de Freguesia da Vitória e pelo Grupo de Intervenção Plástica "Os Outros" para a inauguração da exposição "Está tudo pendurado no céu", no dia 11 deDezembro pelas 21.00 horas, no Arquivo Distrital do Porto (Mosteiro de S. Bento da Vitória).

• Convite feito pelo General Comandante da Região Militar Norte e o Presidente da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, para assistir a uma Conferência "D. Pedro IV: Um Rei e Duas Nacionalidades" proferida pela Doutora Isilda Monteiro, no dia 14 de Dezembro pelas 16.00 horas no Quartel General da Região Militar do Norte.

• Convite feito pela Presidente da C. M. do Porto, para uma sessão solene de Boas-vindas a sua Excelência o Presidente da Câmara Municipal de Bordéus, no dia 14 de Dezembro pelas 17.30 horas.

• Convite das Edições Afrontamento, para a sessão de lançamento do livro "O Porto No Tempo Da Guerra" de Helder Pacheco, no dia 15 de Dezembro pelas 21.30 horas no Auditório 2 da Fundação Cupertino Miranda.

• Convite das Edições Afrontamento, para a sessão de lançamento do livro "O Paiva, ou a Paiva" de Inácio Pacheco, no dia 17 de Dezembro pelas 18.45 horas no Centro UNESCO do Porto.

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO
(Aprovado por maioria, com uma abstenção)

No âmbito das comemorações dos 25 anos do 25 de Abril de 1974;

Em público reconhecimento pelo feito heróico e histórico dos Militares de Abril, que nesta data devolveram a Portugal a Liberdade e a Democracia;

A Assembleia Municipal de Penafiel na sua reunião ordinária de 11 de Dezembro de 1998 vota uma proposta de recomendação ao Executivo da Câmara Municipal de Penafiel com o seguinte reor:

Pela acção que desempenharam no Movimento que conduziu ao 25 de Abril de 1974;

Pela coragem, verticalidade, e alto sentido de responsabilidade assumida em defesa dos superiores interesses de uma **Nação Livre e Democrática**;

Pelo respeito, sempre demonstrado, pelo poder democraticamente constituído, visando o bem estar do Povo a que pertencem;

Que o executivo da Câmara Municipal de Penafiel delibere atribuir a *Medalha de **Ouro** do Concelho de Penafiel* aos Exm.os Senhores:

- CORONEL ROLANDO DE CARVALHO TOMAZ FERREIRA
- TENENTE CORONEL MÁRIO ALFREDO BRANDÃO RODRIGUES DOS SANTOS

Digníssimos Militares do Quadro Permanente, naturais deste Concelho.

Que por intermédio destes **Ilustres Militares** sejam homenageados todos os militares, anónimos, que, de forma consequente contribuíram para o sucesso da REVOLUÇAO DOS CRAVOS,

Que a atribuição destas Medalhas se processe no dia **03 de Março* ou em 25 de Abril de 1999**, de acordo com a disponibilidade de agenda destes nossos Ilustres concidadãos.

Penafiel, 11 de Dezembro de 1998

Adrião Pereira da Cunha

* 3 de Março - Dia da elevação a cidade

CONVITES FEITOS À A25A

AMASCULTURA
IX Encontros Internacionais de cinema documental
14-1 1-98
Estreia da peça "Na Hora de Ir para a cama" de Sean O'Casey
05-12-98
Estreia da peça "I Stand Before you Naked" de Joyce Carol Oates
04- 12-98

ASMIR/ANS/AOFA/ANCE
Conferência " O Associativismo Militar na Europa"
31-10-98

ASSOCIAÇÃO CULTURAL MOINHO DA JUVENTUDE
Festa comemorativa do 11.° Aniversário
31-10-98

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Concerto de Outono do Coro de St.° Amaro de Oeiras
10-10-98

ASSOCIAÇÃO LOPES GRAÇA
Concerto comemorativo do 22.° Aniversário do nascimento de Fernando Lopes Graça
17-12-98

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESCRITORES
Cerimónia oficial de entrega do Grande Prémio do Teatro
16-1 1-98

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Inauguração da Exposição "As eleições de 58 na Imprensa Portuguesa"
01-10-98
Sessão solene 88.° Aniversário da Proclamação da República
05-10-98
Debate sobre a Guerra Civil Espanhola
09-10-98
Colóquio " Dependência de drogas. Que Alternativas?"
13-10-98
Sessão de apresentação do Centro de Interpretação da cidade de Lisboa - OLISIPÒNIA"
15-10-98
Inauguração da exposição "Feiras, Mercados e Romarias de Portugal através do Bilhete Postal Ilustrado
23-10-98
Inauguração da casa do Fado e da Guitarra Portuguesa
25-10-98
Conferência "Jurisdição Internacional e Tutela dos Direitos Humanos - O caso Pinochet"
9-11-98
Ciclo "A Maçonaria em Portugal"
9/10/11/12/13/14-11-98
Colóquio "O Casal Ventoso - A questão da droga em Lisboa"
17-11-98
Inauguraçao da exposição "A tolerância e os Direitos do Homem"
23-1 1-98
Inauguração da exposição "A publicidade em Portugal através do Bilhete Postal Ilustrado"
24-11-98
Apresentação do novo romance de Manuel Alegre "A terceira Rosa"
26-1 1-98

CÂMARA MUNICIPAL DE MORA
Inauguração da exposição "Foto-Arte - A Regra do Jogo"
26- 1 1 -98

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA
Inauguração da exposição de fotografia "Lisboa e as Liberdades" de Fernando Carvalho
04-12-98

CLUBE DE PRAÇAS DA ARMADA
Cerimónia de encerramento do 15.° Aniversário do C.P.A.
17-12-98

CLUBE RECREATIVO BARROQUENSE
Sessão solene comemorativa do 26.° Aniversário
30-10-98

COMISSÃO COORDENADORA DAS COLECTIVIDADES
Sessão de abertura das Festas das Colectividades
24-10-98

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA
Estreia da peça "Medeia Estrangeira" de Willy Kirlund.
23/24/25- 09-98
Estreia da peça "O cerco de Leninegrado" de José Sanches Sinisterra
12/13/14-11-98
Espectáculo "A Peste" pelo Centro Dramático do Algarve
11-98

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO MONTEPIO GERAL
Concerto der Música de Câmara por solistas da Orquestra Metropolitana de Lisboa
10-11-98

C.V.R.P.I.M.
Festa de Natal
12-12-98

DIRECÇÃO DA REVIST A MILITAR
Sessão Solene Comemorativa do 150.° Aniversário da Assinatura do Contrato da Fundação da Empresa e da Revista
02-12-98

DIRECÇÃO DO SINDICATO DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Sessão solene de abertura do V Congresso
20- 11 -98
Sessão solene de encerramento do V Congresso
22- 11 -98

EDIÇÕES AFRONTAMENTO
Lançamento do livro " O Património da Humanidade - Rumo a um direito internacional da Solidariedade?" de José Manuel Pureza
23-10-98

EDIÇÕES DINOSSAURO
Lançamento de " O império a preto e branco" de Ana Barradas
24-10-98

EDIÇÕES TERRAMAR
Lançamento da colecção "Caminhos da Liberdade"
16-12-98

EDITORIAL NOTÍCIAS
Sessão lançamento do livro " Emidio Guerreiro "Uma Vida pela Liberdade". de A. Encarnação Viegas.
01-10-98
Apresentação da obra "Plenilúnio" de António Munoz Molina
16-12-98
Apresentação da obra "Os Mundos do Cinema" de Eduardo Geada
18-12-98

EDITORIAL PRESENÇA
Lançamento da obra "Um longa História" de Gunter Grass
29- 10-98
Lançamento do romance "Leonor Telles ou o Canto da Salamandra" de Seomara da Veiga Ferreira
10-11-98

EMBAIXADA DA HUNGRIA
Aniversário da Revolução de 1956
22-10-98

FEDERAÇÃO FRIECHRICH EBERT
Colóquio " A declaração Universal dos direitos do Homem - 50 anos depois"
30-10-98

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TRAMPOLINS E DESPORTOS ACROBÁTICOS
Sessão solene e almoço comemorativo do Aniversário da FPTDA
12-12-98
XIV Campeonato da Europa de Juniores de Trampolins
2 a 5 -12-98
Lançamento do romance "Leonor Telles ou o Canto da Salamandra" de Seomara da Veiga Ferreira
10-11-98

EMBAIXADA DA HUNGRIA
Aniversário da Revolução de 1956
22-10-98

FEDERAÇÃO FRIECHRICH EBERT
Colóquio " A declaração Universal dos direitos do Homem - 50 anos depois"
30-10-98

GALERIA DE ARTE CAPITEL
Exposição de pintura de Olinda Colaço
26-09-98
Exposição de pintura de Salvação Barreto
17-10-98
Exposição de pintura de Guilherme Correia
07-11-98
Exposição de pintura de Carlos Alberto Santos
28-11-98

GALERIA QUADRADO AZUL
Inauguração da Exposição de Leonel Moura "Torsos e Leninies"
26-09-98

JUNTA DE FREGUESIA DA PONTINHA
1.ª Gala do Desporto da Freguesia
20-11-98
Sessão solene Comemorativa do 14.° Aniversário da Freguesia
30-11-98

LIGA DOS COMBATENTES
Comemoração do 75.° Aniversário
17-10-98
Comemorações do 80.° Aniversário do Armistício - 1918/1998
15-11-98

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Sessão solene do 5 de Outubro
05-10-98
Almoço Comemorativo do 5 de Outubro
05-10-98

SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO ARTÍSTICA PIEDENSE
Cerimónia de abertura "24 Horas a Nadar"
03-10-98
III Concerto de Gala
14-11-98

TEATRO DA CORNUCÓPIA
Comemoração do 25.° Aniversário da data da sua 1.ª Estreia
13-10-98

TEATRO DE PORTALEGRE
Abertura do VIII Festival Internacional de Teatro de Portalegre - 1998
19-10-98

TIAGO & AVELLAR
Inauguração da exposição de pintura de Henrique Tiago "Retratos e não só"
01-10-98

OFERTAS FEITAS À A25A

• MEDALHAS

- Homenagem aos Marinheiros da Revolta do 8 de Setembro de 1936
Oferta da Comissão Promotora,
- Comemorativa dos 40 anos das Eleições Presidenciais de 1958
Oferta da Comissão Nacional para as Comemorações
- Comemorativa da Exposição Mundial de Lisboa (EXPO) em Prata
Oferta da Parque Expo, SA através do Dr. João Soares Louro
- Comemorativa da reunião Clandestina do Movimento dos Capitães em 1-12-73
Oferta da Câmara Municpal de Óbidos

• LIVROS

- "Descamisado - Memória da Guerrilha na Sierra Maestra" de Enrique Acevedo Gonzales
Oferta do autor, General Acevedo Gonzales
- "Cuidar o Futuro - um programa radical para viver melhor"
Oferta da associada Maria de Lourdes Pintassilgo
- "Comuna - teatro de Pesquisa - 25 Anos 1972 - 1997"
Oferta de João Mota
- "Costa Gomes - o Último Marechal"
Oferta da Editorial Notícias
- "Olhares de Guerra de um capitão de proveta"
Oferta do autor, António Inácio C. Nogueira, associado n.° 829
- "Dizer Quase Tudo"
Oferta do autor, José Luís Simões da Fonseca, associado n.° 693

PIANHA EM VIDRO

Oferta do Clube Sportivo Adicense

ASSOCIADOS FALECIDOS

SEBASTIÃO AUGUSTO REGO DE ALMEIDA
Sócio Efectivo n.° 109 (fundador)

ANTONIO MARTINS BARRETO
Sócio Efectivo n.° 435 (fundador)

JOSÉ DA ASSUNÇÃO OLIVEIRA RODRIGUES
Sócio Efectivo n.° 1280 (fundador)

LUIS DOS REIS NARÉ
Sócio Efectivo n.° 1568

MARIO SOARES CAETANO
Sócio Efectivo n.° 2034

FRANCISCO VIEGAS
Apoiante n.° 192

FAUSTO SACRAMENTO MARQUES
Apoiante n.° 700

MÁRIO NEVES
Apoiante n.° 1039

ARMINDO JOSÉ RODRIGUES
Apoiante n.° 1443

ANTÓNIO NOGUEIRA DA SILVA CASANOVA
Apoiante n.° 1709

A todos os seus familiares, as nossas sinceras e profundas condolências.

ASSEMBLEIA GERAL

DIA

13 MARÇO 1999

ÀS 14.30 HORAS

NO

FORUM LISBOA (ANTIGO CINEMA ROMA)
AV. DE ROMA N.° 14-L

VAMOS APRENDER BRIDGE! (42)

Será impreciso dizer-se que, em termos de Bridge, existirão assuntos mais importantes do que outros. Todos são importantes, sobretudo quando são trazidos, por acaso da sorte, para serem resolvidos por nós à mesa de jogo.

Não fugindo à regra as RESPOSTAS ÀS ABERTURAS EM BARRAGEM também são importantes, mas se atentarmos que as decisões têm que ser tomadas a um nível elevado (3 ou 4), então facilmente concordaremos que se revestem dum melindre acrescido.

Penso ter aduzido razões bem fundamentadas para concluirmos o assunto que vimos abordando nos últimos artigos.

3 - RESPOSTAS ÀS ABERTURAS EM 4 ♥ / ♠

3.1 - ATITUDE DESTRUTIVA

É facto que mesmo após uma abertura em 4♥/♠, possa haver necessidade de prolongar essa barragem para o nível 5 ou mesmo para o nível 6 do leilão.

Não será uma situação tão vulgar como acontece com aberturas ao nível de 3 mas, mesmo assim, o respondente pode sentir essa necessidade. Será o teor da sua mão, conjugado com o jogo que o parceiro lhe transmitiu possuir com a abertura efectuada, que condicionarão a sua atitude, tendo sempre o apoio explícito que lhe é dado pela LEI DAS VASAS TOTAIS (LVT) e pelas vulnerabilidades de cada das linhas.

São estes os factores decisórios intervenientes nos cenários anteriormente referidos.

3.2 - ATITUDE CONSTRUTIVA

É óbvio que após uma abertura em 4 ♥/♠, que transmite a existência de 8 vasas de jogo (5 perdentes) sem garantia de qualquer defesa nos naipes laterais, o respondente não pensará em marcar PARTIDA em qualquer outro naipe mas, apenas, poderá antever a possibilidade de marcar em CHELEM.

Para encarar tal hipótese o respondente terá que possuir uma "mão" que lhe garanta estas duas condições-base:

– Que o seu jogo possa "cobrir", **no mínimo**, 4 vasas das perdentes na mão do abridor;

– Que o seu jogo não permita que os ADVS realizem, com a saída, duas vasas imediatas.

Na análise das questões que se colocam sobre as aberturas em Barragem (ou mesmo em semi-barragem ao nível de 2 em ♥/♠, quando os parceiros praticam essas aberturas em 2 fracos) há uma regra ou ideia-força que convém reter:

As mãos Abertas em Barragem podem ter um Ás mas nunca mais do que um.

Este elemento constitui um factor importante, sobretudo quando se equaciona a hipótese da existência dum Chelem na linha.

Após a abertura em 4 ♠, com a mão:

♠ D10
♥ ARD
♦ RDV10
♣ RDV10

Apesar dos seus 23PH, do FIT a ♠ e da garantia de que os ADVS não podem tirar 2 vasas em qualquer dos naipes laterais, o respondente **não deve tentar** o CHELEM, porque tendo o abridor, **no máximo**, um Ás e a sua mão apenas o A♥, deve ter a consciência de que os ADVS têm, **pelo menos**, dois Ases, o que inviabiliza a marcação em apreço.

Já com a mão:

♠ A84
♥ AR3
♦ 853
♣ AR62

É **legítimo** pensar em Chelem, **desde que** o abridor tenha uma paragem (CONTROLO) a ♦. Há a garantia de "cobrir" 5 vasas perdentes na mão do Abridor, mas como resolver o problema colocado pelas perdentes a ♦?

3.2.1 - PROBLEMA DA FALTA DE CONTROLO NUM NAIPE

Este problema pode ser resolvido pela utilização de ANÚNCIOS INTERROGATIVOS, após as aberturas em 4♥/♠.

Ao anunciar um novo naipe o Respondente, apenas e tão só, está a interrogar o Abridor sobre a **existência ou não** de defesa nesse naipe.

Aliás, não teria lógica que o Respondente estivesse à procura de um outro naipe de trunfo, como também não seria eficaz andar a dizer o que se tinha (a denunciar CONTROLOS pela afirmativa) quando a preocupação concreta era outra e o nível a que o leilão está não deixa muito espaço para declarações imprecisas.

Justificada que está a utilização de INTERROGATIVAS, restará esclarecer como o Abridor irá responder às perguntas colocadas.

Responderá por níveis/degraus (steps):

– 1.º nível de resposta: - Sem controlo no naipe:

– 2.º nível de resposta: - Com controlo à 2.ª (Rei ou Singleton);

– 3.º nível de resposta: - Com controlo à 1.ª (Ás ou Chicana).

Assim com a mão em questão o leilão seria:

N	E	S	W
4 ♠	PASSO	5 ♦	Passo
?			

N diria:

5 ♥ – Sem CONTROLO a ♦
5 ♠ – Com R ♦ ou com Singleton a ♦
5ST – Com A ♦ ou com Chicana a ♦

Na posse da informação solicitada, S poderá marcar conscientemente o contrato adequado.

3.2.2 - PROBLEMA DA QUALIDADE DO NAIPE DE TRUNFO

Suponha que após uma abertura em 4 ♥ tinha a seguinte mão:

♠ AR93
♥ 6
♦ AR2
♣ ARD105

Que fazer com este "monstro" de mão? Será o naipe de ♥ na mão do meu parceiro perfeitamente "independente" sem nenhuma vaza perdente ou terá uma perdente ou mais do que uma?

Não será de marcar Chelem, será de marcar um Pequeno-Chelem ou será de "arrancar" para o Grande-Chelem?

Terríveis dúvidas que poderão ser facilmente resolvidas, caso se utilize a seguinte Convenção:

– Quando há necessidade, após uma abertura em 4 ♥/♠, de saber se o naipe de trunfo tem **nenhuma**, **uma** ou **mais de uma** perdentes, o respondente anuncia o naipe de trunfo ao nível de 5 ao que o Abridor reagirá como se indica:

– **Passa** quando o naipe de abertura admitir mais do que uma perdente;

– **Marca 6 no naipe** desde que este apenas admita uma perdente;

– **Marca 5ST** caso o naipe seja encabeçado por ARD o que permitirá, eventualmente, ao respondente marcar o Grande-Chelem.

3.2.3 - O PROBLEMA DOS ASES

Para saber quantos Ases tem o Abridor, o Respondente deverá utilizar o BLACKWOOD (BW).

Dado que o Abridor só poderá ter **1 Ás** ou **nenhum** seria pouco prático usar, após as aberturas em Barragem, o BW normal.

Utiliza-se, preferencialmente, após estas aberturas o BLACKWOOD BINÁRIO que funciona como se indica:

Sobre a pergunta de 4ST, que desencadeia a utilização de BW, o abridor responderá:

5♣ – Sem nenhum Ás
5♦ – Com um Ás
5♥ – Com AR no naipe de abertura
5♠ – Com ARD no naipe de abertura

Não será difícil concluir que, de posse dos "instrumentos" atrás apresentados, a qualidade do Bridge praticado será, eventualmente, mais consistente.

Para os problemas equacionados as soluções apresentadas não são as únicas mas são, seguramente, eficazes e muito difundidas entre o universo dos jogadores de competição, pelo que recomendo a sua utilização.

Até ao próximo número
Luís Galvão

(Continuação da pág. 1)

Mas o Prémio Nobel de José Saramago obriga a uma outra reflexão que não posso contornar.

Numa época em que se tornou vulgar o desprezo pelas de convicções, o repúdio sobranceiro da coerência, a abdicação como via rápida de acesso ao poder, a negação do passado como instrumento de recolha de recompensas materiais, o exemplo de José Saramago prova que, quando se possui valor genuíno, mesmo que traduzido em posições incómodas e enfrentando riscos, ele acaba por se impor, por ser reconhecido e por produzir frutos. Pelo caminho ficaram, na sua pequenez, os que não conseguiram ultrapassar os seus preconceitos, e regressaram aos métodos de perseguição política para tentar silenciar a cultura.

Esta a grande lição cívica do Nobel José Saramago. A de que o triunfo não passa, necessariamente, pela curvatura da espinha nem pela cómoda inflexão do rumo.

Talvez haja outras formas mais fáceis de atingir o cume. Mas não são, seguramente, nem as mais dignas, nem as mais humanamente compensadoras.

Se algumas palavras retenho da avalanche de comentários que José Saramago foi forçado a fazer à notícia que acabava de receber, ainda reflectindo o turbilhão emocional que o sacudia, são aquelas com que afirmou – e cito de cor mas certo de respeitar a fidelidade do sentido – que em nada ia alterar o seu posicionamento cívico e que a única consequência seria a de conferir mais visibilidade às ideias em que acreditava.

E não tardou em traduzir em acções concretas essa afirmação, mostrando que não se tratava de meras declarações de circunstância. Posicionamento cívico que confirmou por inteiro nas suas intervenções públicas relacionadas com a atribuição do prémio Nobel, particularmente no seu breve, mas enorme, discurso no banquete oficial.

Não sei se terá sido assim com todos os Prémios Nobel. Quanto ao Prémio Nobel da Literatura 1998, não há dúvida que recompensou o mérito de um obra literária, mas também consagrou uma dimensão ética.

PEDRO PEZARAT CORREIA